

FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Mestrado em Comunicação

**A INCLUSÃO DAS IDENTIDADES LGBT EM CURSO DE
COMUNICAÇÃO:**

Processos midiáticos inclusivos na contemporaneidade

AUGUSTO RAFAEL BRITO GAMBÔA

SÃO PAULO

2017

AUGUSTO RAFAEL BRITO GAMBÔA

**A INCLUSÃO DAS IDENTIDADES LGBT EM CURSO DE
COMUNICAÇÃO:**

Processos midiáticos inclusivos na contemporaneidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação Stricto Sensu da Faculdade
Cásper Líbero para a obtenção do título de
Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof.Dr. Luís Mauro Sá Martino

SÃO PAULO

2017

Gamboa, Augusto Rafael Brito

A inclusão das identidades LGBT em curso de comunicação: Processos midiáticos inclusivos na contemporaneidade / Augusto Rafael Brito Gambôa.- São Paulo,SP, 2017.

123 f.:il.;30cm.

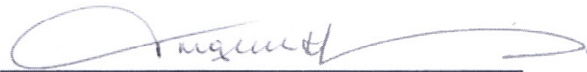
Orientador: Professor Dr. Luís Mauro Sá Martino
Dissertação (Mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação.

1. Comunicação 2.Cultura 3.Diálogo 4.LGBT 5.Gênero.
I. Martino, Luís Mauro. II. Faculdade Cásper Líbero – Programa de Mestrado em comunicação. III. Título

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Autor: AUGUSTO RAFAEL BRITO GAMBÔA

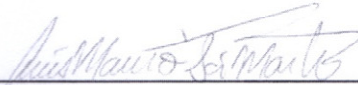
**“A INCLUSÃO DAS IDENTIDADES LGBT EM CURSOS DE COMUNICAÇÃO:
PROCESSOS MIDIÁTICOS INCLUSIVOS NA CONTEMPORANEIDADE”**



**Prof. Dr. Jorge Miklos
Universidade Paulista - UNIP**



**Profa. Dra. Ana Luiza Coiro Moraes
Faculdade Cásper Líbero - FCL**



**Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino
Faculdade Cásper Líbero - FCL**

Data da Defesa: 15 de março de 2017

Dedico às pessoas que visitaram, e às que permanecem em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Ana Maria Peres Guimarães, Professora, Educadora e Amiga , Se hoje me sinto pleno e realizado em minha carreira devo isso a você que me ensinou que educar é um exercício de afeto.

Aos meus Pais Augusto José A. Gambôa e Aldaci M. Brito, que me fizeram aprender a ser forte, pois a vida não é fácil.

Ao amigo Douglas Bianchini, não saberia expressar o quanto nossas conversas significaram pra mim.

A amiga Viviane Garberlini, que me ajudou a superar momentos difíceis com seus poemas e me ensinou muito sobre o feminismo.

A amiga Stefania Ludescher, que soube me falar boas verdades quando precisei e com quem aprendi a ser um líder.

Aos meus Mestres Cásperianos e sua infinita generosidade que me proporcionaram a oportunidade de ser uma pessoa melhor.

Ao meu orientador Luís Mauro Sá Martino, pela paciência e generosidade nas orientações.

Aos meus colegas acadêmicos e companheiros de jornada, com os quais aprendi lições valiosas sobre a vida.

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância”

Simone de Beauvoir

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como as questões de inclusão e inserção das identidades LGBT acontece nos ambientes acadêmicos. Com foco em cursos de graduação em comunicação, localizadas na cidade de São Paulo, a narrativa é construída a partir dos dados coletados nas entrevistas *in loco* e busca refletir sobre a comunicação das identidades LGBT nestes ambientes na contemporaneidade, juntamente com as correntes teóricas de Michel Foucault, Judith Butler, Paulo Freire e Edgar Morim, entre outros autores. Para o desenvolvimento deste cenário foram selecionadas 10 universidades que ilustram a postura dos ambientes educacionais acadêmicos frente ao debate sobre a inclusão LGBT.

Palavras Chaves: Comunicação. Cultura. Diálogo. LGBT. Gênero.

ABSTRACT

Abstract

The aim of this this dissertation is to understand how the issues of inclusion and insertion of LGBT identities happen inside academic environment. Focused on undergraduate Communication courses located in the city of São Paulo, this narrative were constructed by data collected in interviews made in loco. The present research seeks to reflect about the communication of the LGBT identities in that environment in contemporary times. The analysis is developed with the theoretical concepts of Michel Foucault, Judith Butler, Paulo Freire and Edgar Morin, among other authors. For the development of this scenario, 10 universities were chosen to showcase the posture of academic educational environments in face of the debate on LGBT inclusion.

Keywords: Communication. Culture. Dialogue. LGBT. Genre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.....	22
1.1 A IDENTIDADE E A DIFERENÇA.....	23
1.2 A CONFIGURAÇÃO CULTURAL DO GÊNERO	24
1.3 O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO.....	25
1.4 IDENTIDADE LGBT.....	27
1.5 QUEM ALIMENTA O PODER?.....	29
1.6 AS IDENTIDADES LIMITADAS.....	31
1.8 DESCONSTRUÇÃO.....	33
1.9 DO SOCIAL AO INSTITUCIONAL.....	34
CAPÍTULO 2- A REPRODUÇÃO DE SISTEMAS REGULATÓRIOS.....	36
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	36
2.2 REGULACIONES CULTURAIS.....	39
2.3 MASSIFICAÇÃO.....	40
2.4 INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS COMO REFLEXO DA CULTURA.....	43
2.5 PERSPECTIVA EDUCACIONAL.....	46
2.6 AS PRÁTICAS QUE DESCONSTRÓEM.....	48
CAPÍTULO 3- DESCONSTRUINDO AS NOÇÕES DE GÊNERO.....	49
3.1 O PERFIL DA PRÁTICA INSTITUCIONAL.....	50
3.2 A NATURALIDADE DA INCLUSÃO NO CURSO DE COMUNICAÇÃO.....	54
3.3 OPORTUNIDADES DIALÓGICAS NA INSTITUIÇÃO.....	57
3.4 MODERNIDADE , RÓTULOS E DIÁLOGOS.....	59
CAPÍTULO 4- A PRÁTICA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO.....	62
4.1 A IGUALDADE DA PLURALIDADE.....	63
4.2 INCLUSÃO, INSERÇÃO E O POLITICAMENTE CORRETO.....	65
4.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INCLUSÃO.....	69
4.4 ASSUMIR-SE EM AMBIENTES EDUCACIONAIS.....	71

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	78

INTRODUÇÃO

As linguagens e conteúdos inerentes às práticas dialógicas podem adquirir, ao longo do tempo, diferentes formas, e são fomentadas e problematizadas por diversos assuntos e questões que trazem à área da comunicação novas discussões, perspectivas, bem como objetos de análises, que por sua vez, transformam a maneira pela qual os agentes sociais são compreendidos e suas bases comunicacionais dentro do diálogo.

[...] Ele se complementa fora dos conteúdos comunicados ou comunicáveis, mesmo os mais pessoais; não se completa, no entanto, num acontecimento “místico”, mas sim num acontecimento que é concreto no sentido estrito da palavra, totalmente inserido no mundo comum aos homens e na sequência temporal concreta. (BUBER. 2014. p37)

A concepção da estrutura dialógica no ambiente acadêmico tem como objetivo questionar o as ideias socialmente concebidas sobre o indivíduo, bem como sua atuação sobre as identidades no ambiente acadêmico.

É muito difícil, para nós, distinguir o momento de separação e de oposição entre o que é oriundo da mesma fonte: a Idealidade, modo de existência necessário à Idéia para traduzir o real, e o Idealismo, posseção do real pela idéia; a racionalidade, dispositivo de diálogo entre a idéia com o real, e a racionalização que impede este mesmo diálogo. (MORIM, 2000. p.30)

Ao ser construído sob um discurso, o sujeito adquire um significado “O sujeito é produzido “como efeito” do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria” (SILVA. 2014. p.120). A partir deste significado permeado de simbolismos o discurso toma vida, e cabe ao próprio discurso em sua dominância, a tarefa da inserção e exclusão.

Da perspectiva da natureza técnica do discurso que tem em sua substancia a única intenção de ser objetivo em seu entendimento (BUBER. 2014. p.54). Na dureza de uma estrutura, potencialmente, excludente, cabe à percepção do “natural”, inerente ao discurso, a sujeição das identidades como uma forma de marca cultural.

O poder imperativo e proibitivo conjunto dos paradigmas, das crenças oficiais, das doutrinas reinantes e das verdades estabelecidas determina os estereótipos cognitivos, as ideias recebidas sem exame, as crenças estúpidas não-contestadas, os absurdos triunfantes, a rejeição de evidências em nome da evidência, e faz reinar em toda parte os conformismos cognitivos e intelectuais. (MORIN, 2000. p.27)

O mapeamento do processo de construção do discurso é incerto, no que diz respeito, ao seu início e o fim, no entanto os interesses socioeconômicos, entendidos como produtivos, possuem uma consistente relação com as questões de inclusão de determinadas identidades, em sua lógica sistêmica. Interesses retratados historicamente, que buscam maximizar o processo produtivo para um determinado fim, sejam expansões territoriais, por aspectos estritamente reprodutivos, econômicos, em que as funções eram determinadas por gênero, atividades cotidianas, exercício político, etc.

É importante chamar a atenção para cronologia – quer se trate da invenção das técnicas ou do calendário da sua difusão. Com isso fica muito duvidosa a ideia de um ciclo repressivo com um começo e um fim(...)(Foucault. 1988. p.115).

Todas as identidades, de alguma maneira, são incluídas no discurso. Para as identidades que seguem a norma social produtiva estabelecida pelo discurso, lhes cabe o a marca social do “normal” o que lhes dá o direito, ou melhor, a permissão, de acessar a diferentes camadas, dentro do sistema social; já para as que não são contempladas pela realidade produtiva do discurso, talvez, lhes caiba à designação de “anormal”, bem como todas as consequências da realidade produzida pelo tempo, que entre seus muitos aspectos, possuem, talvez, um forte caráter regulatório, como funções sociais menos representativas profissionalmente, roupas, omissão social, cuidados médicos limitados, alocação geográfica desprivilegiada, guetos, etc., ou mesmo outras formas de controle dentro de um sistema social, que pode não ser explícito em suas formas de controle, mas intrinsecamente, em suas práticas cotidianas mostra sua utilidade, afinal por qual razão uma identidade heterossexual e masculina nunca precisou pensar duas vezes antes de expressar afetividade em público?

O gênero nem sempre se construiu de maneira consistente ou coerente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER. 2015. p.21)

O aspecto ficcional da construção do discurso que molda a realidade nos traz a reflexão sobre a certeza, ou incerteza, da realidade absoluta.

A partir do momento em que a realidade adquire um caráter absoluto baseado em uma única percepção de realidade em certo aspecto individual, e unilateral para se construir uma realidade social (coletiva), esta passa a não explicar seu caráter absoluto dentro de sua própria lógica existencial. Afinal se partirmos da perspectiva de que a

realidade coletiva depende da participação de todos para que seja criada, nenhuma identidade escolheria ser desfavorecida em sua participação.

Explicitando a ilusão dos “fatos” impostos. Que resultam em um comportamento que é determinado socialmente de maneira simbólica, muitas vezes, em seu estágio pré-natal, por exemplo, se tiver um pênis, será homem, heterossexual, se relacionará com muitas mulheres; se tiver vagina, será mulher e gostará da cor de rosa, princesas, bonecas, etc.

E quando a realidade do individuo não corresponde á ficção imposta sobre o individuo?

Se a própria noção cultural de individuo parte da perspectiva de suas interpretações, e significados, para a concepção da própria realidade, quando falamos de uma realidade social, descarta-se a hipótese de uma supremacia ideológica dominante, a medida que a realidade individual não deveria estabelecer as diretrizes sociais praticadas.

O significado dado por um único indivíduo aos elementos que o cercam no mundo real tem valor limitado; apenas a intersubjetividade garante a validade das proposições, das práticas e dos valores. Não existe, neste sentido, uma realidade única, e a construção da realidade social é objetiva na medida em que não está vinculada a um único individuo, mas a todos dentro de um grupo ou comunidade. (MARTINO. 2014 p.80)

Em seu aspecto dialógico entende-se que para a efetivação de uma postura institucional identitária inclusiva, esta deva oferecer aspectos ambientais mínimos para que todas as pessoas possam expressar-se de maneira segura, em seus espaços sociais, neste caso nos ambientes acadêmicos, para que as oportunidades de expressão incluam a todos os espaços de fala.

Em seu caráter social, os indivíduos constroem maneiras de identificar-se socialmente com a finalidade de conexão simbólica, de maneira que estes indivíduos indicam para a sociedade o grupo ao qual pertencem, ou não. É desta perspectiva que as identidades LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, etc) são compreendidas, como identificações sócio-políticas, que tem como objetivo comunicar-se socialmente dentro do ambiente acadêmico.

A partir deste ponto de vista, esta pesquisa tem como objetivo compreender como as identidades LGBT dialogam com os ambientes acadêmicos, com o intuito de

refletir como os discursos expressos e posturas adotadas, pelos cursos de comunicação incluem, ou não, em sua narrativa a diversidade de gênero em igual medida a expressão do mesmo, o que inclui também a sexualidade. Desta maneira Busca-se compreender como os ambientes acadêmicos lidam com tais questões na contemporaneidade.

Para a análise deste aspecto reflete-se sobre o momento cultural das instituições educacionais diante das identidades LGBT em seus ambientes, por meio de dados obtidos a partir de entrevistas realizadas presencialmente junto aos coordenadores das instituições visitadas, que contribuem com esta pesquisa por meio de suas percepções enquanto coordenadores e professores de cursos de comunicação na cidade de São Paulo.

O tema sobre as diversidades LGBT nos ambientes educacionais tem estado em pauta e levantando algumas questões sobre sua condução nos ambientes educacionais de maneira geral, desta forma busca-se trazer este debate para os ambientes educacionais acadêmicos, reproduzindo, além dos aspectos inclusivos, o debate crítico, e a liberdade do pensar, e construir novos significados identitários neste discurso.

PERSPECTIVA DISCURSIVA

As identidades LGBT são discutidas a partir da perspectiva cultural, não essencialista, de maneira que conceber a ideia de uma identidade fixa ou imutável talvez seja uma maneira reducionista de enxergar o indivíduo e seu processo de formação. Contudo é inegável que possuímos características biológicas, e que essas características exercem influencia neste processo, porém a partir do momento em que se percebe que até mesmo as matrizes biológicas são interpretações dotadas de signos (SILVA.T, 2014. P.86), Deve-se questionar até onde a natureza é responsável por nossos gostos, comportamentos, atitudes, escolhas, entre outras características, parece ter sua lógica crítica, e a partir destes questionamentos podemos tentar entender as concepções de identidade de uma perspectiva cultural.

No caso de identidades LGBT, como esta sendo abordado no texto estamos falando para além de um processo de concepção da identidade do sujeito, ou mesmo a tentativa de justificar ou explicar o desejo, o prazer.

A concepção das identidades é entendida dentro de um contexto cultural no qual é vista como fragmentada, destotalizada e desconstruída. Tomando como foco, para a análise da construção da narrativa às razões inerentes ao processo de identificação social, política e simbólica.

A partir da perspectiva desconstrucionista da narrativa social discursiva que qualificam o indivíduo, as amarras sociais impositivas passam a adquirir inúmeras possibilidades no que diz respeito à identidade, que implica trazer ao questionamento das discussões, por exemplo, comportamentos femininos atrelados à vagina, e comportamentos masculinos associados ao pênis, de certa perspectiva até os próprios conceitos de “masculino” e “feminino” merecem o questionamento.

Desta maneira, talvez, o sujeito passa a ter certa autonomia sobre a própria construção social enquanto indivíduo, tendo como elemento regulador de sua construção social a liberdade de ser.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apoia-se nas práticas comunicacionais que ocorrem em cursos de comunicação de instituições acadêmicas e para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionadas 10 universidades considerando os seguintes requisitos a) Com cursos de comunicação, b) Ranking Universitário, c) Público alvo.

A escolha das instituições foi realizada tomando como base o Ranking Universitário Folha (RUF), que segmenta o Ranking pelas variáveis de estado e cidade são Paulo, com cursos de comunicação, destas foram selecionadas 10 universidades mais bem posicionadas. A escolha de universidades para desenvolver a pesquisa tem em vista seu caráter social, como ambientes formadores de opinião.

Instituição	Perfil	Região da cidade
Institucional		
1	Privada	Centro
2	Privada	Sul
3	Privada	Centro
4	Privada	Centro
5	Privada	Centro
6	Privada	Centro
7	Privada	Centro
8	Privada	Centro
9	Pública	Oeste
10	Privada	Centro

Das dez universidades selecionadas sete universidades responderam ao pedido de entrevistas, entretanto somente cinco se dispuseram a marcar um encontro pessoal para dialogar sobre o assunto.

Duas instituições (6 e 7) quiseram mais detalhes da pesquisa por e-mail, a instituição 6, associada a ideologia religiosa, recusou o encontro pessoal na instituição e mesmo após insistir em uma entrevista pessoal com a finalidade de manter o caráter dialógico da pesquisa o coordenador desta instituição concordou com a entrevista somente por telefone.

Na instituição 7, o contato por e-mail foi mais longo, varias perguntas sobre a pesquisa foram feitas pelo coordenador desta instituição, que no fim concordou com a entrevista pessoal desde que acompanhada pelo coordenadora psicopedagógica da universidade.

Nas demais instituições as entrevistas foram efetivadas seguindo um questionário de perguntas semiestruturadas que abordavam os seguintes temas:

a) Como a instituição administra, questões relativas às identidades LGBT dentro do ambiente acadêmico?

b) Existe alguma política institucional que incentive o diálogo sobre o tema?

c) Qual a política da instituição sobre a utilização de nomes sociais?

d) Na instituição já aconteceram casos de intolerância entre alunos? Se sim Como a instituição conduziu o ocorrido? – E entre professores?

e) Os professores são instruídos de alguma forma sobre como tratar este assunto prevendo alguma situação em sala?

f) A Instituição tem ou já teve algum(a), aluno(a) Transexual ou Travesti? Como foi administrada esta situação entre alunos e professores?

g) Professores possuem autonomia para falar sobre o assunto, conduzi-lo ou inseri-lo de alguma forma em um diálogo em sala?

h) Qual a maior limitação encontrada no momento de abordar este assunto dentro do ambiente acadêmico? Professores ou alunos?

i) É Importante para instituição tratar deste assunto?

Estas perguntas norteadoras ajudam a construir a narrativa do diálogo, do objeto de análise desta dissertação. As respostas eram abertas e com isso outros temas foram surgindo ao longo das entrevistas que serão descritas mais a frente.

Entre os pontos analisados nas entrevistas estão: a) Discurso do coordenador da instituição, b) Postura dialógica para debater o tema como interesse, comportamento; bem mais que o discurso a postura apresentada pelo entrevistado frente ao assunto abordado, pode indicar a abertura ao diálogo. c) Políticas institucionais para inserção e inclusão de grupos LGBT na instituição; entre outros aspectos peculiares encontrados em cada entrevista.

O PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Nas instituições em que a entrevista foi realizada, junto aos os coordenadores de diferentes cursos de comunicação, entre eles Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Relações Públicas que colaboraram com a pesquisa e apresentavam diferenças no tempo em que ocupavam o cargo de coordenadores.

Esta variável assume sua importância na análise das respostas, haja vista, que a experiência e vivência sobre estas questões, e a proximidade com o público alvo por seu contato direto, faz deste agente uma ponte comunicacional entre a instituição e o público ao qual atende desta forma a percepção deste público, talvez, seja reproduzida nas respostas dos entrevistados, bem como seu conhecimento prévio sobre o tema, de modo que a compreensão das respostas é influenciada em algum momento pela motivação e interesse, bem como outros fatores de influência de cada entrevistado.

Coordenador(a)	Perfil	Tempo no Cargo	Tempo da entrevista
1	Homem, homossexual, Doutor em ciências da comunicação, e já desenvolveu algumas pesquisas que abordavam questões de identidade.	7 anos	45 min
2	Homem, Mestre em arte, não fez referência a sua identidade, e possui pesquisa acadêmica no campo da comunicação.	6 anos	40 min
3	Mulher, Doutora em ciências da comunicação com algumas pesquisas desenvolvidas no campo do jornalismo	6 anos	41 min
4	Mulher, Doutora em comunicação e semiótica, com pesquisas desenvolvidas no campo da comunicação.	7 anos	21 min
5	Homem, Doutor em comunicação e atua também no campo do jornalismo.	1 ano	15 min.

A maioria dos coordenadores que se dispuseram à entrevista, em algum momento do encontro, tentaram mostrar ou tangibilizar as ações institucionais que

estavam sendo feitas, bem como exemplificar de alguma forma como essas questões eram trabalhadas dentro da instituição da disciplina e/ou dos cursos de comunicação.

Na instituição 1, o Coordenador se mostrou aberto ao diálogo, e assumiu o lugar de falar se identificando como homossexual e relatou suas próprias vivências como professor, funcionário, coordenador, na instituição e no curso de comunicação durante suas aulas, Na instituição 2 coordenador, convidou uma aluna do centro acadêmico, que assumiu seu lugar de fala, como mulher e homossexual, e compartilhou sua vivência como aluna da graduação.

A coordenadora da instituição 3, além de mostrar os projetos que desenvolvia em sala de aula, e suas inclusões futuras em sua disciplina que abordavam direitos humanos, me forneceu a edição de uma revista institucional, com uma significativa matéria que trazia a temática LGBT, na instituição 4 nenhum material físico foi disponibilizado contudo durante a conversa a Coordenadora pesquisou em seu material de aula, a capa da revista *Vanity Fair* que trazia questões sobre pessoas Transgêneros.

Na instituição 5, o entrevistado, não se aprofundou sobre o assunto, que foi respondido de maneira sucinta; porém enquanto esperava para entrevista-lo havia um jornal institucional com uma matéria sobre as questões LGBT, que ocupava um quarto de página no canto inferior esquerdo da última página do jornal institucional.

A ANÁLISE DA NARRATIVA

Como cenário desta pesquisa, está a análise da narrativa construída junto aos colaboradores por meio das entrevistas, que proporcionam a reflexão sobre as questões de inserção e inclusão das identidades de grupos LGBT, dentro dos ambientes acadêmicos na cidade de São Paulo.

E com o resultado dos dados obtidos durante as entrevistas, busca-se refletir a maneira como as identidades LGBT dialogam nestes ambientes. Buscamos durante a análise pensar sobre as dificuldades e oportunidades, para a eficiência dos diálogos identitários nestes ambientes.

Com a finalidade de manter a especificidade expressa por cada interlocutor, no que diz respeito ao que se fala, como se fala e de onde se fala, pensou-se em focos

analíticos principais, desta maneira a tríade analítica adotada para a construção narrativa foca-se em três pontos: **a)** O conhecimento sobre tais questões na instituição **b)** Atitude dos colaboradores frente a estas questões; o interesse sobre o assunto demonstrado pelos entrevistados, durante as entrevistas, por exemplo, se estes se interessavam em mostrar projetos, narrar situações em sala de aula, etc. **c)** Ponto de vista do Colaborador; as percepções que os entrevistados compartilham, traz informações que servem como ponto de apoio para reflexões mais profundas, que vão além do que está sendo dito, sobre as práticas e os ambientes educacionais.

Sob o foco de análise destes pontos, busca-se compreender a atitude das instituições educacionais frente ao diálogo das questões referentes a pessoas LGBT nos cursos de comunicação, retratando a maneira sobre como este diálogo acontece, ou não, nestes ambientes, colocando em evidência a realidade empírica das instituições de ensino, concomitantes com os aspectos teóricos e metodológicos adotados para a compreensão da narrativa, qualitativo-descritiva desta pesquisa.

Em seu aspecto qualitativo buscamos a análise mais eficiente do discurso dos interlocutores, na compreensão de seu espaço enquanto indivíduos e representantes institucionais, suas motivações e atitudes frente ao tema, convergindo para o seu aspecto descritivo dos fenômenos dentro de suas particularidades.

Os dados foram reunidos por meio de entrevistas presenciais que possuíam um caráter dialógico, norteados por perguntas semiestruturadas, que permitiam ao entrevistado emitir qualquer ponto de vista, parecer, ou opinião sobre o tema que foi previamente divulgado em um primeiro contato via e-mail.

No e-mail o assunto da pesquisa, era claramente expresso juntamente com a solicitação de 30 minutos do tempo do entrevistado que na maioria das instituições, este tempo foi largamente ultrapassado frente á quantidade de temas correlacionados que os próprios entrevistados escolhiam abordar.

Na instituição 4 e 5, o tempo de entrevista ficou aquém do acordo inicial. Dos 30 minutos solicitados na entrevista os colaboradores utilizaram somente 15 minutos.

A descrição do tempo da entrevista adquire importância a partir do momento que é possível inferir a quantidade de dados obtidos relacionados ao tempo do diálogo, bem como a diferença entre uma entrevista e outra, narrada mais detalhadamente no decorrer

do texto, que reflete o interesse e a motivação de cada entrevistado em debater o assunto.

A para idealização da pesquisa, os dados foram obtidos em caráter confidencial com o intuito de preservar a identidade da instituição e dos entrevistados. Esta pesquisa é desenvolvida, da perspectiva da análise dialógica que toma forma sob a ótica teórica de Judith Butler, Stuart Hall e Foucault no que diz respeito às questões identitárias, que parte do princípio não essencialista para a denominação de seu posicionamento social; focando nas suas características de inclusão e inserção discursiva e humanística em ambientes acadêmicos, que são apoiados, nestes aspectos, pelo pensamento de Paulo Freire e Edgar Morin, para a compreensão do pensamento humano em seus aspectos educacionais e trans-educacionais. Entre outros autores, que contribuem com o diálogo ao longo do texto.

DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Nesta parte do diálogo busca-se compreender o processo de construção da noção de identidades dentro do discurso, bem como os mecanismos de poder que influenciam as percepções sociais e promovem a possível subjugação relativa às identidades, que se reproduzem no campo social na forma de uma noção de indivíduo coerente e padronizado.

CAPÍTULO 2- A REPRODUÇÃO DE SISTEMAS REGULATÓRIOS

A relação do contexto histórico das questões que regulam as identidades LGBT e a possível reprodução de padrões nos ambientes educacionais, massificando-os em um discurso que silencia as identidades LGBT, impedindo que estas participem do diálogo, em uma posição sujeito como um efeito colateral do discurso buscando compreender como essas questões são trabalhadas nos cursos de comunicação das instituições visitadas, construindo a narrativa que envolve as identidades no ambiente educacional.

CAPÍTULO 3- DESCONSTRUINDO AS NOÇÕES DE GÊNERO.

A desconstrução do sistema traz a reflexão os pontos chaves sobre a expressão das identidades LGBT presentes no sistema educacional e a abertura para o diálogo, pensando as posturas adotadas e sua forma e conteúdo, entendendo as possibilidades para a comunicação dialógica que existem dentro da instituição e como é a postura frente a este diálogo e a colaboração dos coletivos identitários para a efetividade deste diálogo.

CAPÍTULO 4- A PRÁTICA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO.

Explorar as relações entre os agentes educacionais, tanto em sala de aula quanto no cotidiano profissional, pensando os aspectos inclusivos das práticas educacionais e a inserção da temática LGBT nas praticas docentes, refletindo sobre os momentos de aprendizado vividos nas instituições frente ao processo de adaptação aos paradigmas identitários que levaram a novas políticas educacionais e linguagens.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

“O casal, legítimo e procriador, dita a lei, impõe-se como modelo faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo”.

Foucault – A História da sexualidade.

Um efeito do discurso, desta maneira inicia-se a percepção sobre a concepção das identidades. As identidades são produzidas, ou melhor, construídas, a partir de uma lógica discursiva que tem em sua essência, talvez, o poder de legitimar as identidades e todos os aspectos inerentes ao individuo dentro de uma lógica social regulatória, que tem entre seus objetivos a produtividade dentro de um sistema, de maneira que a consolidação das regras regulatórias discursivas são construídas dentro de um recorte histórico sólido, de tal maneira que estas regras são reproduzidas no campo social de maneira descrita como “natural”.

Talvez as práticas sujeitem o individuo a existência de padrões comportamentais reproduzido repetidamente que tomam a forma de verdade nos discursos e também nos aspectos não discursivos do cotidiano, legitimando atitudes e comportamentos que magnificam identidades, fazendo assim que o contrário também seja verdadeiro.

Neste cenário, o que não é legitimado pelo discurso do natural, parece ser conduzido de alguma maneira a um status social que cria a ilusão de permissão para que identidades não contempladas pelo sistema, sejam percebidas com menor valor social do que as identidades legitimadas.

A partir do momento que se entende que o discurso e linguagem adotada permitem que determinadas identidades sejam diminuídas em seu valor social, “permitindo” que formas de violências sejam aplicadas a estas, seja em forma de piadas, ou em formas mais claras de violências, é estabelecido o seu lugar social, a noção de pertencimento e não pertencimento ao sistema social aplicado, logo, absolutamente tudo estaria sob a autoridade do discurso, sujeitando o todo a aplicar as mesmas regras de inclusão e exclusão relativas as identidades.

Porém se tudo é sujeito ao discurso, logo as próprias identidades por si só seriam fruto do mesmo sistema, assim os indivíduos teriam identidades únicas e todos seriam compreendidos igualmente pelo discurso.

1.1.A IDENTIDADE E A DIFERENÇA

Seria difícil afirmar que em algum momento da história, as identidades foram coerentes, lineares ou plenas, haja vista a dificuldade de mapear tais informações históricas (HALL, 2006). Quando se pensa em uma identidade subjetiva, que é constituída, entre outros fatores, por meio de dinâmicas culturais, que adquirem um sentido quando vivenciado e racionalizado por um indivíduo, por meio de processos simbólicos que se dão por intermédio da linguagem.

A questão da concepção subjetiva da identidade do sujeito da perspectiva cultural esta relacionado ao discurso no qual este esta inserido, a diferença de fato não se daria em relação ao outro a diferença se daria no outra da linguagem simbólica, ou seja, a identidade é diferente no discurso ao qual ela esta sujeita juntamente com suas marcações sociais, por exemplo, em uma cidade em que todos os homens são homossexuais, todos seriam reconhecidos como homens sem a marcação da sexualidade para diferenciar-se na dinâmica social. Em vista disso isso se pode construir a percepção cultural e social, entre o “nós” e “eles”, “eu” e o “outro” e a partir deste aspecto diferenciativo, constrói-se diferenças que adquirem significado no campo social, essas diferenças são simbólicas, contudo o significado desta diferença não possui uma consistência que a torne absoluta.

Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros (HALL,1997)

Assim a crença da centralidade identitária em uma estrutura (DERRIDA. p.230.2002) é questionada em sua estruturalidade deslocando a noção de uma identidade ser a causa, efeito, consequência ou diferente, de uma identidade central, levando em consideração a construção de uma realidade que favorece a um determinado segmento identitários.

De maneira que podemos compreender duas perspectivas da concepção cultural das identidades a essencialista, que busca a “verdade” histórica da concepção para as identidades e a não essencialista que a percebe como desfragmenta (Hall, 2003), a busca por uma “verdade” propriamente para se explicar o motivo de ser o que se é parte par o campo da biologia também, que tem suas fundamentações dentro da mesma estrutura fundadora, uma essência, já quando não se coloca a essência como protagonista para a concepção da identidade do indivíduo é possível que este se ramifique em várias formas de ser do indivíduo, produzindo variadas formas de “verdade” sobre o as identidades individuais vista como fluidas em sua essência e normatizadas na reprodução do discurso.

1.2 A CONFIGURAÇÃO CULTURAL DO GÊNERO

O aspecto fluído e descentralizando das concepções identitárias, evidenciam aspectos sociais relevantes sobre a maneira como os gêneros foram configurados através do tempo.

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, p.69, 2014)

Em se tratando de aspectos sociais, o apoio na “verdade” histórica de uma natureza comum do ser, em que esta verdade seria, ou melhor, se tornaria o eixo central para a concepção de todas as outras identidades do gênero, não adquire consistência no discurso e na reprodução da linguagem.

A partir do princípio de que a própria linguagem em si é construída e passa a adquirir a forma de verdade em sua repetição, a gênese naturalista para a identificação no campo social, mostra-se artificial em sua essência, de maneira que o processo de identificação do sujeito passa a ser fruto de uma compulsão social reproduzida em atos que adquirem a forma de natural.

Todavia a interiorização de comportamentos “aceitáveis” socialmente, nada mais é, do que uma questão de ajustamento social, que prova, em si, a necessidade de pertencimento à um grupo social mas não o conforto pessoal do indivíduo, assim a necessidade de pertencimento à determinado grupo dominante reproduziria uma

atuação, uma representação de um padrão comportamental, porém, inverossímil quando comparado a realidade individual do sujeito.

A constituição dos padrões normatizadores, talvez, interfiram na própria noção de sujeito de maneira a silenciar posicionamentos diferentes ou mesmo reprodução de dados demográficos minoritários e algumas vezes patologizantes perante a sociedade. O Sujeito que é analisado por diferentes áreas científicas e que provavelmente adquirem a percepção regulatória construída culturalmente, para partir de sua análise ou compreensão sobre o “outro”, seja na percepção de gênero, sexo ou mesmo orientação sexual.

Tomando como percepção uma unidade individual que originaria as outras, e analisando o “diferente” como um desvio do padrão, que diverge do que o sujeito “deveria ser”, de maneira que a percepção deste desvio tomaria a forma de anormalidade do gênero baseado em seu eixo central. “Sempre se pensou que o centro, por definição, único, constituía, numa estrutura, exatamente aquilo que, comandando a estrutura escapa a estruturalidade” (DERRIDA. p.230.2002), ao passo que ao se estabelecer como eixo central da estrutura de pensamento para a construção do gênero e seus comportamentos, tudo ao seu redor é estruturado, menos o centro da estrutura.

O estabelecimento de modificações no eixo central do comportamento humano é impensável, por meio de seus sistemas regulatórios que delimitam cada cultura (HALL, 1997). Haja vista que a concessão do espaço se faz impossível, impensável, as demais identidades, que não são contempladas pelos simbolismos culturais normativos. Talvez, o deslocamento desta estrutura signifique a perda de um espaço e logo a perda de poder de identidades dominantes que possuem o livre acesso a camadas sociais.

Talvez outra perspectiva para a resistência à divisão de espaço com outras identidades não dominantes na cultura atual, deva-se ao fato da mesma assim ser entendida como um bem, as identidades em seu campo social possuem um caráter existencial neutro, de modo que a diferenciação se dá no campo social, uma identidade e seus privilégios tem seu valor aumentado quando outras identidades não possuem os mesmos acessos a oportunidades, desta forma o poder é estabelecido, cultuado e valorizado.

1.3 O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO

A marcação binária, que envolve a construção da identidade que se dá entre o “eu” e o “outro” em seus sistemas de classificação relativos às identidades, apesar de nos trazer clareza sobre o processo de identificação em uma perspectiva social, essa oferece possibilidades de novas formas de sujeição de indivíduo.

A afirmação “sou brasileiro”, na verdade faz parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação “sou brasileiro” deve-se ler: “não sou argentino”, “não sou chinês”, “não sou japonês” e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável. (SILVA.T.2014.p.75)

A marcação das diferenças inerentes à concepção cultural da identidade, extrapola seus aspectos dialógicos intrapessoais, que são refletidos na maneira que se dá a interação do “eu” com mundo em volta. Nestas interações o “diferente” passa a ser, socialmente, significado a partir do momento que se identifica o “o que eu sou” e “o que eu não sou”. (Woodward 2014).

A identificação social estabelece sua conexão por meio da linguagem adotada que o identifica, simbolicamente por meio de ícones e seus significados assim comunicando quem pertence e não pertence.

Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença. A fusão total entre o mesmo e o “mesmo” e o “outro” que ela sugere é, na verdade uma fantasia de incorporação [...]. (HALL. 2014. P106)

Por mais que esta percepção de pertencimento social seja passível desta interação simbólica, passa a ser um problema quando o simbólico toma formas absolutas se transformando em conflitos. Motivados pela noção de exclusividade do simbólico.

Este processo, que capacita o indivíduo a decidir quem ele não é assume formas variadas de manifestação no campo social, de modo que as possibilidades de conflitos motivadas pelas diferenças são retratadas historicamente até os dias de hoje.

O evidente desconforto fomentado pela realidade social do não pertencimento de identidades, que em algum momento o silêncio não foi mais uma opção dentro do sistema, deram origem a movimentos de resistência, que buscam em seu ponto comum

dentro da pluralidade de seus discursos, chamar a atenção e vocalizar para a sociedade sua existência.

A possibilidade de exclusão de uma identidade “que não é” chama a atenção para a possível, e provável, subjugação de identidades em campos sociais, por identidades dominantes presentes nestes ambientes. “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meios *simbólicos* de representação quanto por meio de exclusão *social*.” (WOODWARD, p.40. 2014).

1.4. IDENTIDADE LGBT

O processo identitários se dá a partir da percepção sobre “quem sou” e “quem não sou”, de modo que este processo de diferenciação possui um aspecto político e social de pertencimento no espaço social.

O estabelecimento de posicionamento identitários a partir da ideia de “quem eu sou?” e “quem eu não sou?” é percebido como a representação de um sistema simbólicos nos quais a percepção de identidades LGBT aloca-se politicamente em nível simbólico, dentro de processo de identificação e representação, cultural nos quais as identidades buscam seu posicionamento individual e coletivo (WOODWARD, p. 18. 2014).

Em se tratando das identidades LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), o posicionamento social identitários chama a atenção para um lugar de fala que, talvez, busque reivindicar um lugar no interior de um sistema discursivo que significou e alocou estas identidades de uma maneira que neste momento cultural não as representa em sua realidade social.

A dependência deste sistema para que a inclusão possa acontecer além de um reconhecimento lógico da importância da representatividade, existe a percepção do estabelecimento de novos significados para as diferenças dentro deste sistema.

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: Elas são o resultado de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de *criação* significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. (SILVA, p.76. 2014)

A subjetividade inerente à concepção da própria identidade se dá na interação do indivíduo com seu meio social e cultural, de maneira que não está na concepção da

identidade do indivíduo e sim na linguagem em que este indivíduo existe; Um homem que se relaciona afetivamente e sexualmente com outro homem só é homossexual ou gay, por estar inserido em uma linguagem que o caracteriza e o significa desta forma, caso não houvesse esse sistema linguístico este seria socialmente uma pessoa que se relaciona com outra pessoa.

O sistema de significados socialmente construídos e estabelecidos em cima das identidades este sistema linguístico constrói suas regras de permissão e controle, bem como a noção de normal e anormal, o processo de identificação depende desta diferenciação que tem como cenário um amplo processo de produção simbólica e discursiva.

A construção da percepção social de certo e errado dentro deste discurso, termina por determinar, compulsoriamente, como errado todos os comportamentos que fogem aos padrões cristalizados, de maneira a limitar culturalmente suas manifestações miméticas. A liberdade de ser do indivíduo acaba por limitar-se a espaços remotos dentro do ambiente urbano, outros parâmetros regulatórios devem ser percebidos, o acesso a educação, emprego, saúde, segurança, entre outros itens necessários a vida cotidiana que possuem em sua maneira, mais pessimista de olhar, a intenção de expurgar este indivíduo do sistema.

Compreendido o sistema de identificação tem-se a disputa pelo poder. Ao mesmo tempo em que o processo de identificação tem o poder de incluir por meio da linguagem, do discurso, a capacidade de exclusão é inerente a este sistema.

A questão se daria no processo que circunda noção de poder, talvez quando pensamos o poder relativo a identidades dominantes dentro de um sistema pensa-se sobre qual seria a finalidade de deter tal poder? Poder de ter acesso social, e transitar entre a mesma, com acesso a oportunidades de trabalho que possibilitem o acúmulo de capital.

Simbolicamente construído e relacionado ao Falo, a questão gênero se liga ao sexo e seus comportamentos sexuais de maneira indissociável, e a ele cabe o poder, a penetração a decisão o acesso, acesso este nem sempre simbólico em suas práticas, mas o acesso facilitado ao campo social e as oportunidades.

O falo, generificado, sexualizado, performatizado masculinamente, que adquire a nomenclatura de homem, que desta perspectiva adquire uma forma política de referenciar-se ao masculino e suas conexões, e a ele associado os papéis de gênero “todos os atos que são conformes com a natureza, com a lei, com o costume, [...] todos os atos que ele diz, são “conformes com o tempo”...” (FOUCAULT. p.50. 2016) de modo que se algo foge ao papel do gênero central este é uma ramificação, um outrem um algo mais, um desvio, papéis estes estabelecido e dentro de uma temporalidade cultural, que adquirem mutantes significados de acordo com sua narrativa cronológica.

Esta percepção construída culturalmente tem sido alvo do questionamento de segmentos sociais. “A afirmação da identidade e enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.” (SILVA. p. 81. 2014).

As tensões sociais garantem até certo ponto sua marca no contexto histórico, o fato de já não ter uma identidade apagada do contexto existencial histórico já é garantido alguma representatividade.

A questão não é da participação feminina na insurgência, ou das regras básicas da divisão sexual no trabalho, pois em ambos os casos há “evidencia”, É mais uma questão de que apesar de ambos serem objetos da historiografia e sujeitos da insurgência, a construção ideológica do gênero mantém a dominação masculina. (SPIVAK. P.66-67. 2010)

O não desaparecimento do contexto histórico já garante de alguma maneira legitimidade a este processo, contudo há de se questionar a razão, pela qual ainda se observa a heterogeneidade nas tomadas de decisão, que parecem se basear em uma centralidade referenciada ao masculino, desta forma as conquistas parecem ter sido, em algum aspecto, concedidas, como forma de “controlar” a demanda.

Retro alimentado pelas práticas sociais à representatividade do poder identitários que define as demais identidades é consolidado de maneira “natural” em seu discurso que passa a fazer parte das decisões sociais e políticas.

1.5. QUEM ALIMENTA O PODER?

Dentro da lógica do sistema de consumo ao qual estamos inseridos o próprio reforço dos padrões de estrutura comportamental ajuda a consolidar e reforço a representatividade de uma estrutura única de poder.

A questionar como esta noção de comportamentos “normais” são reforçados, pensar as mídias como um canal de reforço de padrões comportamentais de gênero possui certa coerência a partir do princípio de que a reprodução ou a maioria de um tipo de representação midiática deriva de comportamentos de consumo.

Se nas novelas em horário nobre as formas de famílias exibidas são as heterossexuais, brancas, abastadas; em uma lógica de consumo, nada mais se pode ser socialmente, e cria-se uma demanda consumidora por esta imagem, por este perfil comportamental, que em sua lógica de repetição constrói a falsa percepção social de normalidade.

Os movimentos sociais em sua linha do tempo têm questionando o sistema consolidado e em até certo ponto pressionando os meios de comunicação a representarem de outras maneiras as concepções estabelecidas de família, amor, casamento, etc. que aos poucos buscam representar em sua produção de conteúdo famílias homoafetivas, pais e mães solteiros, negros e mulheres em papéis de liderança, com a finalidade de atender esta demanda social.

Contudo é válido questionar não somente a qualidade da representatividade identitária LGBT na mídia, mas sim a quantidade. Se pararmos para pensar será que a própria expressão, “minorias”, largamente associada de maneira numérica às identidades LGBT não é uma forma de determinar seu espaço como menor?

Talvez a expressão que melhor possa referencia-las seja minorias não numéricas, haja vista que o reconhecimento como uma pessoa com identidade Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Transgênero entre outras infinitas identidades sexuais e de gênero, nos dias de hoje, não compartilham de um espaço social propriamente seguro a fim de expressarem-se livremente, logo como se pode expressar quantitativamente alguém que não sente conforto em falar?

Logo se não há quem consuma o formato midiático oferecido não haverá quem produza este conteúdo. Contudo vale questionar se um dia todas as identidades humanas serão representadas em sua totalidade e complexidade um dia.

A mídia não institui o poder ela o representa e o consolida como algo natural, reforçando padrões em larga escala, Porém a mesma dentro de uma percepção econômica, não possui a função criativa, em se tratando da criação de padrões “naturais”.

Outras representações sociais refletem a calcificação do sistema como o campo político que tem em sua maioria homens como representantes da população, porém em contra ponto ao campo político, a maioria numérica da população e constituída de mulheres, o que leva a crer que a representação política não reflete a população em si, e sim a percepção do campo social sobre a sua representação, o mesmo quadro se aplica a população LGBT, que numericamente se constituem em maior quantidade no campo social, do que demonstra suas representações políticas.

Pensar no processo de repetição (midiática ou não) de uma identidade para que se reforce percepções sociais dentro de uma condição de normalidade, automaticamente a existência de uma condição de anormalidade também é sugerida, de maneira que ao ser imposta tal posição social dentro deste sistema de convivência social é colocado à estas identidades formas regulatórias seja por violências físicas ou morais como por exemplo piadas, que em seu denominador comum possuem a imposição de um lugar social a partir do diálogo em terceira pessoa, assim ignorando a possibilidade de um diálogo.

1.6. AS IDENTIDADES LIMITADAS

Para que o diálogo aconteça, a oportunidade de fala deve existir de maneira representativa para, que o indivíduo possa expressar-se, logo entender como a sistemática social convida as pessoas a falar de maneira nem sempre confortável, traz a luz do diálogo possíveis dificuldades em sua eficiência.

Os domínio da vida dialógica e da vida monológica não coincidem com os do diálogo e do monólogo, mesmo se nestes incluímos suas formas sem som e sem gesto. Não existem somente grandes esferas da vida dialógica que na sua aparência não são diálogo, mas existe também o diálogo que não é diálogo

enquanto forma de vida, isto é, que tem a aparência de um diálogo, mas não a sua essência. Aliás, parece, às vezes, que esta última espécie é a única que ainda existe. (BUBER, p.53. 2014)

Talvez o caminho para um diálogo autêntico passe, de certa forma, pela segurança do espaço em que este acontece, de modo que dentro da lógica da reprodução de um sistema tácito que estabelece quem pode e quem não pode falar em determinados ambientes, por vezes nomeados como “natural” para justificar sua estrutura, porém, pautado historicamente em uma matriz econômica, que em sua estrutura normatiza, inclui, iguala, sistemicamente quem é “produtivo”, útil, neste sistema ou não (BUTLER. P.71, 2015).

Esta estrutura que cria a falsa impressão da “naturalidade” das pessoas inseridas no sistema favorece ou limita determinados aspectos da complexidade humana, neste caso as identidades no qual, a princípio, pode não se mostrar claramente em sua lógica quando observado da perspectiva do favorecido, contudo, quando vista da perspectiva do silenciado, ou não abarcado pelo sistema, é possível compreender os aspectos limitadores presentes na estrutura consolidada que tem suas características limitadoras expressas nos comportamentos e na verbalização das identidades não heterossexualizadas, tendo como resultado, políticas institucionais não inclusivas, ou mesmo não seguras para a diversidade identitária presente nas instituições.

Outro aspecto desta estrutura que compreende os ambientes seguros para a livre expressão das identidades de determinados seguimentos sociais, seria a perda do espaço de fala para outras identidades que se ajustem de maneira mais confortável a cristalizada à estrutura sócio-institucional.

Os aspectos históricos da formação desta estrutura serão vistos mais a fundo no Capítulo dois, contudo, neste primeiro momento o objetivo seria compreender que nenhum ambiente está alheio a tal estrutura de poder, e que existem identidades que se sentem confortáveis e naturalmente incluídas na sistemática social atual, e existem identidades que se adaptam a um sistema utilizando-se de “estratégias” que visam o ajustamento social como, por exemplo, a interiorização de uma identidade heterossexual para encaixar-se na arquitetura social estabelecida que exige (de maneira “natural”) que todas as identidades sejam heterossexuais, e tem sua forma de controle social, por meio de violência que ora manifesta suas características de maneira mais clara como violência física (um assassinato ou uma lâmpada no rosto) e verbal, que ora toma forma

de piadas, comentários, opinião, “liberdade de expressão”, entre outros nomes, que por fim acabam por invadir e limitar o espaço do outro.

Não é difícil associar as questões levantadas pelas lutas da diversidade sexual, com as causas feministas, ou até mesmo o racismo, esta última com suas tática de controle violento mais nítidos historicamente, a exemplo temos a “*Blackface*” que tinha como intuito ridicularizar, rechaçar a identidade negra, visivelmente diminuindo seus espaço social em relação à identidade branca.

Em algum momento as lutas das identidades oprimidas socialmente se cruzam, entretanto, cada uma destas mostra suas peculiaridades históricas em sua forma e conteúdo ao longo de sua própria trajetória.

O próprio ato de vocalizar a identidade já caracteriza uma aparente falta de apatia frente ao sistema institucionalizado, reivindicando o lugar de fala dentro de deste, assim contribuindo ativamente para a desconstrução do mesmo.

1.7. DESCONSTRUÇÃO

Etimologicamente, significar, quer dizer: dar a entender por meio de sinais, indicar, traduzir-se por, denotar, etc., desta maneira pode-se entender que baseado em indícios presume-se algo.

Quando falamos de uma separação de uma relação entre gênero, sexo e sexualidade, esta subentendido um *enviesamento* das percepções que contribuem para a união e relação destes elementos.

Como já visto anteriormente a repetição destes padrões dentro de um discurso construiu a qualificação do gênero e todos os elementos inerentes a este, logo, entende-se que ao ver uma pessoa que tenha um pênis, presume-se masculinidade, que se presume que seja homem e heterossexual, bem como todas as características associadas a este entendimento social relativo ao gênero masculino.

Entendimento este que não termina na construção do corpo masculino e na orientação sexual, continua no papel que este construto identitários desempenha na sociedade, o líder, o mantenedor, o racional, entre outros aspectos que terminam por

constituir um efeito colateral desta noção de um indivíduo padrão, os outros que não pertencem a este.

A aparente artificialidade, presente na construção do gênero, que talvez seja fruto de uma subjetividade individual, construída de maneira arbitrária pelo indivíduo e repetida de maneira exaustiva como a representação de uma verdade coletiva.

Podem ser literais, como na diáspora forçada dos povos africanos, por meio de escravização, por exemplo, ou podem ser simplesmente metafóricos. “Cruzar fronteiras”, por exemplo, pode significar simplesmente, mover-se livremente entre os territórios simbólicos de diferentes identidades. (SILVA, p.88. 2014)

Ao questionar os padrões comportamentais que são esperados pelo gênero, seja por meio de diálogo ou mesmo, pela demonstração de afeto publicamente, ou ao montar e desmontar o gênero e sua representação como uma *Drag Queen*, se está de alguma forma denunciando o quanto as noções de construção de gênero são artificialmente concebidas, contudo há de se pensar que o processo em que se construiu a episteme se confunde com as verdades científicas em sua temporalidade que espera uma brusca ruptura em sua existência, demandaria outras tantas gerações, desta maneira mudar os significados compulsoriamente atribuídos às identidades LGBT, seria parte do amplo processo de desconstrução.

Partindo do princípio de que as representações são capazes em algum nível de produzir significados, permitir que outras formas de representações de uma mesma identidade possam expressar-se, talvez o processo permita o trânsito entre as noções de gêneros desestabilizando-o, por meio dos questionamentos.

Por meio do diálogo a abertura e conhecimento ao outro é colocado à episteme a possibilidade de modificação de seus próprios signos “È com ajuda do conceito de signo que se abala a metafísica da presença” (DERRIDA. p. 233. 2002). Sem necessariamente ter que modifica-la, mas, sim utilizando suas próprias regras.

Trazendo à fundamentação da estrutura construída a diversidade de significados, colocando ao indivíduo a liberdade e substância do ser, ampliando as representações relativas às identidades e trazendo a luz do diálogo, talvez, a noção sobre as formas plurais de masculinidades e feminilidades, bem como gêneros, sexualidades e sexos, sob a ótica da substituição do termo natural para o termo comum ao se referir a uma forma mais usual de identidade.

1.8. DO SOCIAL AO INSTITUCIONAL

A fundamentação das ciências já possuem como base seus métodos de inclusão (e exclusão) relativa às identidades, de maneira, que estas reproduções de aspectos sociais, talvez caminhem para além do campo das ciências.

A reprodução de comportamentos sociais cristalizados fundamentam as atitudes nos ambientes sociais, é coerente, no entanto presumir, que as instituições educacionais, são instituições fundamentadas dentro do mesmo sistema, desta forma, não estando livres das práticas que de maneira naturalizada posicionam as identidades em seus “devidos” lugares.

De modo massivo estas práticas se repetem, no discurso institucional, missão, visão valores perpetuando o legado de uma estrutura que busca manter o mesmo aspecto com novos significados.

CAPÍTULO 2

A REPRODUÇÃO DE SISTEMAS REGULATÓRIOS

A construção dos significados dado às identidades, em uma narrativa histórica, refletem-se no campo do social em forma de discursiva e não discursiva por meio de nossas escolhas, de modo que sim nesta perspectiva, infere-se a arbitrariedade das escolhas do indivíduo.

Tendo e vista o poder contido na sutileza do discurso, as práticas sociais ganham vieses que “justificam” a escolha, por exemplo, de um homem e não uma mulher para um cargo de liderança dentro de uma empresa, que é, de alguma maneira, “justificado” pelo viés do mais qualificado, porém quais são os atributos que o qualificam?

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO

Com a ascensão das organizações sócio-políticas que já não consideravam os aspectos hereditários para a detenção do poder de governança, o cenário político, social, econômico e cultural de uma maneira geral passou por transformações no século XVII (CARVALHO. P.47.2012). De maneira que, as novas formas de poder deste período, a burguesia, passou a construir a ideia da “sexualidade sadia” como forma de controle social, que mais tarde seriam impostas como forma de controle sobre a classe do proletariado.

Passando por diversas formas reguladoras que buscaram por normatizar a noção da sexualidade sadia e o oposto das praticas “sadias” se tornavam por lógica a reprovação das praticas sexuais que eram consideradas “desviadas” ou simplesmente fora dos padrões, que era uma ideia arbitraria que tinha como pano de fundo o controle social ao aumento das demandas proletárias.

Esta ideia foi adaptada como forma de otimizar a capacidade produtiva, num modo de visão interessante a dinâmica do capitalismo, que se mostrou bem útil em seu estratagema que aloca a mão de obra produtiva de acordo com o “papel do gênero”, e de maneira geral destinando funções menos representativas a mulheres.

Para tentar desestabilizar este cenário, existiram lutas políticas que aos poucos foram capazes de, em parte, significar o papel da mulher, trazendo para esta maior representatividade na sociedade de consumo.

A falsa noção de adequação de áreas de trabalho que seriam mais indicadas para pessoas de determinado gênero, sexo e sexualidade, traz consigo a carga de generalização das identidades, que, talvez, sejam responsáveis por reproduzir a ideia de mulheres emocionais, e homens racionais, mulheres em trabalhos manuais, homens homossexuais em áreas de comunicação e artes, travestis e transexuais na área do sexo, entre outros contextos sociais na cadeia produtiva.

O aspecto produtivo desta ideia, possivelmente, tenha seu significado para além da lógica do acúmulo de capital em si, estamos falando da ideia de uma noção de posicionamento social sistêmica quem tem no interior de sua cadeia produtiva relativa às identidades, o objetivo de consolidar e normatizar determinadas identidades, e para tanto o efeito colateral deste reforço posicional seja a própria identidade posicional, como em uma lógica binária, o bem/mal, certo/errado, limpo/sujo, homem/mulher, heterossexual/homossexual, cisgênero/transgênero, etc..

A ideia de uma oposição ou mesmo uma diferença simbólica no campo social, perde o seu caráter de simbolismo individual na disputa por um espaço de “verdade” dentro do discurso, significando identidades de maneira compulsória, criando uma imposição de espaço e lugar social que os significa.

Nós participamos destas instituições ou “campos sociais”, exercendo graus variados de escolha e autonomia, mas cada um deles tem um contexto material e, na verdade, um espaço e um lugar, bem como um conjunto de recursos simbólicos. (WOODWARD. p.30.2014)

A transitoriedade entre os contextos sócias dentro da sociedade de consumo constroem diferentes significados dentro deste mesmo contexto que aloca a Travesti ao mercado do sexo, desta forma não permitindo a criação de outras oportunidades dentro deste sistema, haja vista que no senso comum, por assim dizer, mercado do sexo não combina com a imagem de professora universitária, ou mesmo ensino superior.

Associar o poder de representação com o poder econômico, não é difícil, pois a própria capacidade econômica das identidades LGBT possui nomenclatura própria definida mercadologicamente como o *Pink Money*, “Quem tem o poder de representar, tem o poder de definir” (SILVA. p.91.2014), talvez o poder de representação de certa

forma esteja associada a permissividade social, ao mesmo tempo que o homem homossexual mais abastado tem o direito de performatizar sua identidade morando em lugares com um maior nível de “tolerância” a diversidade, o homem homossexual que não tem a mesma oportunidade econômica, deve temer por sua vida por não poder ou mesmo ter o direito de vivenciar sua identidade.

Gostar de luxo, de roupa de marca, lugares caros, viajar, etc. parece ter sido – e ainda ser - um argumento muito utilizado nas estratégias de Market que buscavam definir de alguma maneira o “publico alvo” do *Pink Money*, é inegável que esta postura fez com que várias instituições repensassem suas políticas de discriminação, contudo o aumento da demanda de espaços de consumo para o publico LGBT, talvez, não tenha sido proporcional ao aumento de espaços de convivência para este mesmo público, então se deduz que somente tem o direito de ser LGBT quem tem dinheiro, caso contrário estará sujeito à violência, péssima educação e etc.

O reforço destes significados tomam proporções que dentro da dinâmica de constituição da própria identidade social sobre “Quem eu sou?” e este quem eu sou pode se tornar o que? A noção identitária ganha significado no campo do social, como ponto referencial, mas e quando só existe um caminho que uma identidade pode seguir?

A variedade nas representações identitárias em um contexto social possibilita o acesso a diferentes elementos significadores para as identidades, permitindo o individuo o trânsito entre as camadas sociais, e diferentes formas de participação no sistema.

A compreensão que um indivíduo tem sobre si e seu contexto social sofre influência direta do campo das representações, quando pensa-se em representações se associa a uma conexão simbólica com algo, ou alguém, que possua as características que ofereçam a conexão entre a representação e o representado e que corresponda às expectativas em relação à expressão de suas ações e comportamentos.

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que veem no momento possua os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. (GOFFMAN, 2014, P.29)

Quando falamos de aspectos culturais que abarcam diversos setores sociais incluem-se neste pensamento as instituições, inclusive as educacionais, de maneira que

a postura e práticas que foram construídas dentro deste sistema, possivelmente reproduzem aspectos não inclusivos no que diz respeito às identidades LGBT.

2.2. REGULAÇÕES CULTURAIS

Dentre os aspectos regulatórios das identidades, que têm seus fundamentos refletidos nas narrativas culturais, em seus contextos simbolicamente colocados os comportamentos são, de certa forma, compreendidos e reproduzidos como “fatos”.

A justificativa para a execução das práticas num contexto cultural é fundamentada dentro da própria cultura, ou seja, algo constituído a partir de uma dinâmica cultural, descentrada, descontínua, fragmentada e destotalizada (SILVA, 2014, p.104), adquire a forma de verdade e se consolida como regra, uma norma.

As ações humanas são guiadas por normas no sentido de que, quando fazemos alguma coisa, temos de ser capazes de prever seus fins ou o propósitos, de modo a alcançá-los. E o nosso modo de fazer isto é guiado inconscientemente pela nossa compreensão de “como tais coisas são normalmente feitas em nossa cultura” (HALL, 1997, p.19)

Nessas condições da constante busca de justificar as intenções e os fins de nossas ações, talvez se perca a característica da informalidade humana, bem como a capacidade de compreensão do indivíduo, haja vista que o mesmo não necessariamente tenha que se encaixar nos códigos culturais estabelecidos.

Em seus aspectos regulatórios se tem como fim o sistema de classificação que aloca o indivíduo simbolicamente em seu contexto “lógico”, dentro de um “leque” de opções disponíveis nas percepções culturais, se coloca o sujeito de maneira que este deva que deve fazer um sentido racional e lógico dentro do discurso.

Desta forma as posturas das identidades, que na percepção linear da concepção identitária, não fazem o sentido necessário para que sejam comportadas pelo sistema social, são alocadas na margem de uma cadeia classificatória que define a elas todas as posturas sociais que também estão no mesmo campo classificatório, a margem social.

Estar no centro do discurso é diferente de estar em sua periferia, como em um cenário real, em que quem está mais perto é ouvido com mais força, enquanto quem está mais longe precisa falar mais alto para que seja ouvido.

Desta maneira se determina as questões de acessibilidade em ambientes sociais, como as instituições educacionais, que em seu aspecto social busca pensar e questionar tais sistemas por meio da prática educativa que traz seu aspecto crítico do pensar libertador.

Por isso desde já salientasse a necessidade de uma permanente atitude crítica único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, aprendendo temas e tarefas de sua época. (FREIRE, 2014, p.61)

Porém mesmo em seu caráter questionador não se pode deixar de compreender as estruturas que moldam os ambientes educacionais como a reprodução de uma cultura, contudo está não é obrigatoriamente fadada a reproduzir tais aspectos dado a fluidez da cultura.

2.3 MASSIFICAÇÃO

Se pensarmos a questão da possível massificação presente em um sistema como os cursos de comunicação das instituições visitadas, é possível compreender, as razões que levam a própria não inclusão ou mesmo exclusão.

Não estamos falando aqui de algo conscientemente deliberado estamos falando de um conjunto de atitudes, discursivas e não discursivas, que se moldaram em hábitos sociais de uma temporalidade histórica no mínimo secular, o próprio sistema em si é moldado para a não inclusão de identidades fora dos padrões sociais comuns.

Garantir acesso restrito a alguns é uma característica intrínseca do próprio sistema logo desde o tempo de sua criação a estrutura é reproduzida quase que obrigatoriamente, desta forma a própria linguagem utilizada não tem o objetivo de incluir, a própria língua portuguesa, mais especificamente, tem em sua principal regra a generalização no masculino, se em um ambiente todas as identidades são femininas, que assim sejam feitas as referencias no feminino, porém se a presença de uma identidade masculina neste ambiente, todos serão tratados no masculino, pois a regra é essa e não há o que questionar.

Desta maneira a presença simbolicamente colocada diante da regra linguística garante, talvez, que a presença do masculino, do patriarca assuma o lugar central da do processo que da o sentido as discursões.

Durante as entrevistas nos cursos de comunicação, nota-se, em várias ocasiões, que a não inclusão de identidades LGBT, não acontece no discurso dos colaboradores “Nos cursos de comunicação, nós buscamos dialogar e ficar atentos a violências contra este público, já nos outros campus da universidade, você ainda ouve piadinhas e xingamentos” (Coordenador Universidade 2). “Você chega no primeiro semestre todo mundo é *hétero*, no ultimo semestre você vai ver todo mundo é gay” (Aluna Universidade 2).

Como percebido nos dois depoimentos do professor de Coordenador/Professor do curso de comunicação da universidade 2 e da aluna também da universidade 2, ambos os depoimentos refletem a fragilidade no sistema em relação a inclusão das identidades LGBT, se todos os alunos com identidades não heterossexualizadas se sentem intimidados em assumir suas identidades diferentes do padrão socialmente aceito, infere-se que a própria instituição não esta fora do sistema linguístico que faz com que a regra seja, desta maneira, moldada para silenciar o que não é percebido como “normal” dentro do sistema.

De maneira mais evidente percebe-se que no curso de comunicação, neste caso publicidade, há atitudes educativas que incentivam a inserção e inclusão destas identidades se ao longo do semestre outras pessoas sentem-se confortáveis em assumir-se como LGBT, talvez seja pela segurança encontrada no ambiente. Contudo restringir esta segurança ao curso de comunicação é interessante à norma, a regra do sistema, que cria espaços para elas, para as identidades desviantes, já em outros cursos dentro do mesmo prédio, a violência ainda existe, em forma de piadas e xingamentos, proibindo de certa maneira o direito de trânsito do individuo em sua plenitude identitária.

A falta desta permeabilidade parece vir sendo dos mais sérios descompassos dos regimes democráticos atuais, pela ausência, dela decorrente, de correspondência entre o sentido da mudança, característico não só da democracia, mas da civilização tecnológica, e uma certa rigidez mental do homem que, massificando-se, deixa de assumir postura consciente e critica da vida.(FREIRE. p.120.2014)

Esses limites impostos para que as identidades permanecem em seus nichos socialmente construídos, e garante o controle social as identidades que se encontram com acesso garantido por serem identidades construídas sob o véu da normalidade, assim a concessão de um espaço de convivência maior, e ainda assim limitado logo imposto.

Não somente as posturas adotadas de maneira não verbal, mas, o dialogo aberto sobre o tema possibilita o contato com estas questões e de certo modo se tornando parte do processo criativo que inclui a adoção de práticas discursivas e não discursivas nos cursos de comunicação e nos ambientes educacionais de maneira geral.

Neste sentido todas as instituições visitadas possuíam eventos, palestras, ou outras maneiras de proporcionar este contato de maneira mais abrangente dentro da instituição, em geral a iniciativa parte dos alunos, para que os eventos aconteçam, não se trata de algo ruim a partir do momento que ouvir o outro faz parte deste processo construtivo a que nos referimos.

Porém esta postura, de alguma, forma legitima a percepção de um sistema onde as identidades LGBT, bem como outras identidades não acomodadas pelo sistema, devem pedir concessão para falar, “O coletivo manda a proposta para a instituição e a instituição verifica a relevância do evento pra instituição” (Coordenador instituição 5).

A hierarquia característica de um sistema contemporâneo que de alguma maneira impõe as identidades a possibilidade de um lugar para que se possa falar e está sob a expectativa da autorização de uma representante maior.

Possivelmente por conta de um ideal de tecnicismo, as organizações adotam uma visão de homogeneidade no seu cotidiano: lidam com seus empregados como se suas diferenças pudessem desaparecer sob a formalidade das posições hierárquicas. (SARAIVA, IRIGARAY. 2009)

Neste caso específico o coordenador deixa claro que falava sobre a relevância do tema para a instituição e não sobre outros aspectos, pois este deixara claro em seu discurso que a instituição não impede a manifestação de grupos identitários LGBT dentro da instituição, todavia, esses eventos não recebem apoio financeiro ou outras formas de incentivo que não a concessão do espaço.

Desta forma esta concessão também chega aos cursos de comunicação, que estão sob o guarda chuva institucional, em 2013 o ministério da educação (MEC), confeccionou um conjunto de diretrizes (PPROTEXT), que garantem até certo ponto, respaldo as práticas educativas inclusivas no ensino superior, de caráter educativo, o conteúdo deste conjunto de diretrizes, entre outros, prevê a inclusão de assuntos referentes à diversidade sexual e de gênero nas temáticas educacionais.

Somente a coordenadora da instituição 4 demonstrou estar ciente da existência destas diretrizes e disse que a instituição se baseia em tais diretrizes para que se possa lançar mão de práticas educativas para a diversidade LGBT.

As demais instituições não demonstraram conhecimento sobre a existência destas diretrizes, durante as conversas inúmeras oportunidades surgiram, para que se pudesse falar sobre a mesma, talvez, o sistema hierárquico neste momento não tenha julgado relevante para os demais setores.

Outra representação de necessidade de vocalização sobre a insatisfação diante da não acomodação dentro das instituições educacionais visitadas é a presença de coletivos identitários, encontrados em todas as instituições, que exercendo o papel de agentes influenciadores para a efetividade deste discurso, se assemelham, salvo as peculiaridades, aos grandes movimentos sociais responsáveis por levar o debate para a sociedade de maneira mais ampla, como Stonewall (movimento LGBT), movimento negro, movimento feminista, entre outros.

2.4 INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS COMO REFLEXO DA CULTURA

Ao reconhecer as instituições educacionais como organizações econômicas, e que estão inseridas em um sistema social, entende-se que estas respondem a uma demanda mercadológica. Com o advento das questões que compreendem a diversidade LGBT, uma nova arquitetura social talvez seja necessária para que a demanda da complexidade humana seja comportada pelo sistema.

A presença de coletivos sociais que assumiam diferentes formas e nomes dentro das instituições visitadas, ora chamados de frente, ora chamados de centro acadêmico, entre outras nomenclaturas; dentre nomes diversos estes agrupamentos identitários mostravam nitidamente um objetivo comum o de estabelecer uma comunicação mais próxima e assertiva com a instituição.

Quando pedimos para conhecer o outro, ou pedimos para que o outro diga, final ou definitivamente, quem é, é importante não esperar nunca uma resposta satisfatória. Quando não buscamos a satisfação e deixamos que a pergunta permaneça aberta e perdure, deixamos o outro viver pois a vida pode ser entendida como aquilo que excede qualquer relato que dela possamos dar. (BUTLER. p, 61. 2015)

Talvez a própria existência destes agrupamentos identitários dentro das instituições de ensino, denuncie a necessidade de expressão das identidades LGBT. Se tais identidades não se expressam dentro de um ambiente social o conhecimento sobre quem são acaba por privar o conhecimento sobre o outro, bem como o compartilhamento das experiências, resultando, talvez, em uma dinâmica de coexistência, empregando o modo mais básico da sociabilidade que seria o “deixar viver”, o tolerar, e não de fato a inserção a inclusão do mesmo.

Não houvesse esta integração, que é uma nota de suas relações, e que se aperfeiçoa à medida que sua consciência se torna crítica, fosse ele apenas um ser da acomodação ou do ajustamento, e a história e a cultura domínios exclusivamente seus, não teriam sentido. Faltar-lhes-ia a marca da liberdade. Por isso toda vez que se suprime a liberdade, fica ele (homem) um ser meramente ajustado ou acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discuti-los, o homem sacrifica imediatamente sua capacidade criadora. (FREIRE. 2014. p.59)

O pensamento crítico sobre as práticas sociais que permeia as relações marcam a postura filosófica sobre a existência do outro de modo que, a não acomodação diante das práticas comuns, traz consigo a postura libertadora e construtora de um diálogo capaz de incluir às identidade LGBT, de maneira orgânica, a fim de promover o pensamento crítico ao processo de significação, às vezes generalizada baseada em uma noção de senso comum.

Vale ressaltar que a prática do pensar, em um primeiro momento, exige que se torne público, o assunto relativo ao processo identitários, desta maneira percebe-se que a tensão sistematizada pressiona não somente o oprimido a se calar, mas o próprio opressor a não ouvir.

Não é incomum pensar que não estamos falando de práticas que demandam tempo, porém, após trabalhar oito horas por dia, trânsito, cuidar da saúde, da família, pagar contas, entre outras tarefas do cotidiano, estar aberto a discutir, entender, vivenciar a vida de outra pessoa, não me parece um interesse da dinâmica social atual, contudo não se trata da busca de justificativas para atos extremos de violência, mas sim, trata-se da busca de práticas mínimas de exclusão de grupos LGBT que resultam em escolhas cada vez menos inclusivas, que por sua vez resultam em práticas extremas de violência.

Tal postura institucionalizada leva ao reforço de um sistema ético que em sua característica temporal carrega a sistematização do silenciamento, invisibilização e a

sujeição do outro (neste caso identidades LGBT) impedindo que o mesmo fale, e permitindo que o “natural” rotule o que ou quem este outro é dentro de uma estrutura reguladora que o qualifica e o põe em um lugar que lhe é “determinado”.

A percepção frente á esta realidade, talvez, reflita em atitudes transversais educacionais nas instituições, que adquiram a forma ética que vise de fato inserir e incluir para que abarque de fato a diversidade relativa ás identidades, em um diálogo que transcenda o “natural” na compreensão da temporalidade dos aspectos culturais.

Tal interação entre o “EU” e o “OUTRO” a partir de estruturas dialógicas que permitem a expressão satisfatória das diversidades indentitárias, dentro das instituições, garantiria às relações sociais a abertura à pluralidade cultural, ao passo que o acréscimo de dimensões culturais, talvez, represente de maneira mais fidedigna os aspectos sociais contemporâneos, oferecendo, objetos para análise da realidade social e debates criadores por meio da pluralidade dos pontos de vistas e experiências de vida.

A lógica do debate e resolução dos temas da contemporaneidade de Paulo Freire em muito se assemelha com a abertura ao outro dentro de uma autodenominação do “Eu” de Judith Butler, afinal ambas as questões partem do principio da visão crítica sobre a sociedade, e parecem complementar-se em certo ponto, em visões críticas sobre ética e educação, partindo da reflexão do campo social.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las, dentro e não fora do discurso, como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. (HALL.2014.p.109).

A heterogeneidade do sistema hierárquico bem como outras formalidades institucionais não vai por si só conseguir compreender a diversidade humana, o próprio individuo já possui em sua essência a informalidade, então como esta seria representada como forma, método, técnica, algo imutável?

A compreensão da formação do próprio discurso já garante que as identidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, sejam excluídas, ou incluídas em setores, em seguimentos sociais em nichos, gavetas e lugares específicos da sociedade, sob o falso aspecto de liberdade desta forma estará sob o controle de quem segue a norma prevista no discurso.

2.5 PERSPECTIVA EDUCACIONAL

A descentralização deste controle, não sugere uma recentralização, sugere de fato uma pluralidade de centros identitários capazes de vivenciar, a plenitude de suas identidades nos ambientes acadêmicos, partindo do princípio da comunicação, contudo observa-se que dizer que sim para que uma identidade possa falar implica em milhares de outras posturas, como compreender como está alocada esta identidade que fala dentro do discurso, logo tentar de alguma forma prever as consequências do “poder falar”.

Para que o sujeito assuma seu lugar de fala de fato, assegurar-lhe segurança neste ambiente se torna o item básico para o consentimento de fala. Nas instituições 1 e 4 o coordenadores puderam compartilhar experiências com alunos Transgêneros, em que ambos os alunos abandonaram as instituições por diferentes razões.

Na Instituição 1 os alunos não conseguiram incluir o nome social na lista de frequência e ao serem identificados com o nome da certidão de nascimento o constrangimento gerado tornou o ambiente desconfortável para este indivíduo. Já na instituição 4 o aluno, após um desentendimento com um professor deixou a instituição, bem como o professor em questão, contudo em postagens em rede social o aluno postou as agressões verbais sofridas por colegas de classe que utilizavam sua condição de pessoa *trans* para ofendê-lo, colocando-o como “homem esquisito” e aberração, e ainda durante este processo narra o aluno que o coordenador do curso se referiu a ele no feminino desrespeitando sua identidade de gênero, de homem.

O fato, neste último caso é que todos os envolvidos foram institucionalmente penalizados dentro de suas funções e cargos. Porém nota-se que ainda é de senso comum a utilização da identidade individual como método de ofensa. Assim como a utilização dos termos, “bixa”, “veado”, etc. como mecanismo de ofensas a homens homossexuais reforçando a crença de que de alguma forma a identidade de alguém fosse motivo de vergonha.

Mais do que ensinar disciplinas, educar cidadãos para o futuro, talvez seja um dos deveres dos ambientes educacionais, de certa maneira, os interlocutores possuem extrema importância nesta dinâmica social que busca, por meio dos processos

comunicacionais, instruir os cidadãos ali presentes a pensar e respeitar a diversidade humana.

A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrada na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano. (MORIN,2000, p.47)

Educar pessoas capazes de compreender a pluralidade das identidades, permitindo uma interlocução, um diálogo autêntico dentro de um ambiente educacional, talvez em um primeiro momento não pareça racional, ou pelo menos lógico, abordar tais questões no ambiente educacional, mas a partir do momento que pensamos sobre a diversidade cultural, vale a pena refletir se os ambientes educacionais não estariam se baseando em uma normatização cultural para lidar com a pluralidade das identidades de seus interlocutores.

A noção de deslocamento da identidade, pensada por Stuart Hall em *Dá diáspora*, problematiza a imagem unificada que é tomada como base para que todo o comportamento cultural seja construído em torno de um sujeito “modelo”, desta hegemonia, de maneira que o deslocamento de uma identidade central na qual as noções culturais da sociedade são construídas é uma forma de chamar a atenção para um possível problema de “exclusão” ou mesmo discriminação das identidades que são vistas como “diferentes”.

Se considerarmos os ambientes educacionais, como ambientes sociais, a ideia de que as relações pessoais e profissionais vividas nestes ambientes estejam sendo direcionadas por uma ideia de sujeito unificado, talvez, não seja inconcebível. Em termo de sociedade é certo afirmar que somos multiculturais. Contudo, esta diversidade talvez não seja vivenciada, praticada e articulada em sua plenitude, dia pós dia em nossas relações, que tendem a ser pesadas e medidas por uma determinada vertente cultural que se tem como referência de “normal”.

Denunciando, talvez, uma maneira de ver o mundo por uma ótica única, fruto de um passado colonizador que vem sendo reproduzidas em discursos e atitudes geração após geração.

Parece-me que de certa forma é como dizer que o Brasil foi descoberto por Pedro Alvarez Cabral, o homem, branco e europeu, desconsiderando em seu discurso

que os habitantes originais já o haviam descoberto, mas, talvez, o ato de civilizar ou descobrir ou mesmo legitimar, um acontecimento somente se torne verdade a partir da intervenção da identidade considerada socialmente “superior”.

2.6 AS PRÁTICAS QUE DESCONSTROEM

As noções de gênero, sexualidade, sexo e comportamentos de maneira geral, talvez, tenham sido forjadas de maneira que se construa a aparência de ser única, correta, certa.

Dentro dos ambientes acadêmicos, existem possibilidades para abrir o diálogo e buscar a desconstrução desta noção de sujeito uno, sejam eles por meio de palestras, eventos, e mesmo conflitos idetitários.

O reconhecimento da fragilidade do sistema ao tentar acomodar as identidades LGBT não é em si o reconhecimento da fragilidade da instituição e sim o reconhecimento da fragilidade do discurso, do sistema dos moldes em que a estrutura institucional é fundada, talvez crer nesta infalibilidade institucional seja de alguma forma um passo atrás na desconstrução da noção de perfeição da estrutura burocrática, e abrir ao diálogo significa abrir, não somente, aproveitando-se de momentos para divulgar “modernos” discursos institucionais de inclusão e sim mostrar onde não se teve sucesso e fazer melhor.

CAPÍTULO 3

DESCONSTRUINDO AS NOÇÕES DE GÊNERO

Em certos aspectos o processo de desconstrução depende das oportunidades dialógicas que motivam o posicionamento de grupos identitários a partir de seus lugares de fala. Historicamente observa-se um longo processo aonde identidades subjugadas dentro de um sistema social foram referidas em terceira pessoas de maneira que a percepção cultural sobre aquelas identidades foi produto de uma percepção de identidades dominantes, que as alocaram em seus lugares por meio do discurso construído que estabeleceu suas funções sociais.

Qual o motivo de identidades femininas e masculinas serem direcionadas em suas áreas de atuação social, como cuidar de casa, direito a voto, direito ao prazer sexual, cuidar de filhos, trabalhar, prover a família, entre outras posturas sociais que são frágeis em sua justificativa, quando analisadas mais a fundo.

Do ponto de vista social parte-se do princípio de reconhecimento dos ambientes educacionais como formadores de opinião. Desta perspectiva compreende-se que, quando se trata de questões relativas a identidades LGBT, a oportunidade de debater tais questões sociais seja fomentada ou mesmo dialogada abertamente dentro destes ambientes.

O discurso praticado que precede a existência do indivíduo assumem o caráter de verdade em seu aspecto social, e este mesmo discurso é reproduzido nas práticas culturais e nos comportamentos do cotidiano repetidamente, porém as mesmas práticas não são condenadas a se repetirem dentro do sistema (ANDRADE 2002).

Esses termos estão fora do sujeito até certo ponto, mas também são apresentados como as normas disponíveis, pelas quais o reconhecimento de si acontece, de modo que o que posso “ser”, de maneira bem literal, é limitado de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser, serão reconhecíveis. Embora este regime decida de antemão de qual forma o reconhecimento pode assumir, ele não a restringe. (BUTLER, 2015. p.34)

Dentro do espectro de reconhecimento do sujeito ofertado pelo regime cria-se um cenário que impõem seus códigos simbolicamente constituídos que faz com que o sujeito seja percebido, lido ou entendido de determinada forma, lhes concedendo acesso á determinados lugares no sistema social.

Compreende-se que a mudança destes aspectos discursivos se dá por meio de práticas dialógicas, que permitem a possibilitam modificar as estruturas significantes desta mesma estrutura a partir da oportunidade de debate sobre o “eu” dentro desta realidade social.

As oportunidades para desconstruir a noção de sujeito constituída socialmente sobre determinadas identidades, neste caso as identidades LGBT, dentro dos ambientes educacionais, são motivadas pelas posturas e oportunidades de diálogo criadas e praticadas dentro dos ambientes educacionais, seja por meio da gestão de conflitos ou mesmo ao fomento do debate sobre o assunto; outros aspectos devem ser levados em consideração, como as questões inerentes a segurança ao expressar-se e quem pode falar sobre a temática.

As políticas institucionais foram abordadas durante as entrevistas. A medida que o diálogo se desenvolve percebe-se diferentes posturas adotadas pelas instituições, os cursos de comunicação e os educadores.

3.1 O PERFIL DA PRÁTICA INSTITUCIONAL

A maneira como a inclusão e inserção das temáticas referentes aos grupos identitários LGBT dentro dos ambientes educacionais, bem como a postura institucional adotada diante da problematização destas questões reflete-se na maneira como os cursos de comunicação articulam-se socialmente diante da emergência deste tema.

Desta perspectiva o fomento ao debate é percebido em todas as instituições, contudo, seus aspectos práticos se diferem. Não há uma institucionalização da inclusão do tema, existe, em diferente intensidade, a abertura para o diálogo, ou no mais, a não proibição do mesmo.

Os aspectos mais evidentes destes ambientes são:

- a) Não Proíbem a criação de coletivos identitários LGBT.

O Aspecto não proibitivo a criação dos coletivos identitários dentro das instituições educacionais é observado em todas as instituições. Mais do que o reconhecimento de sua existência a proximidade na comunicação com os coletivos foi

percebido mais fortemente nas instituições 1, 2 e 4. Na instituição 3, contato com estes coletivos não parecia ser muito forte em suas práticas o que se refletiu na dúvida sobre o nome do coletivo. Na instituição 5, o nome do coletivo não foi mencionado e nem mostrou qualquer proximidade com o mesmo.

b) Sobre políticas e diretrizes institucionais.

Somente a instituição 4 soube explicar com riqueza de detalhes as diretrizes institucionais sobre as questões de inserção e inclusão da temática referentes a grupos LGBT dentro da instituição, em que seguiam as diretrizes estabelecidas pelo MEC. Nas demais em momento algum tais diretrizes ou referência a estas foram citadas nas entrevistas.

c) A postura dos cursos de comunicação.

Os colaboradores das Instituições 1 e 2, se mostraram mais empáticos com as questões de inclusão e inserção das identidades LGBT, sendo bastante pessoais em suas entrevistas ao emitir opiniões e falar sobre acontecimentos e aprendizados com situações difíceis. De maneira mais institucional na instituição 4 a coordenadora colaboradora, respondeu a todas as perguntas com objetividade e não teve qualquer problema em conversar sobre situações difíceis ocorridas na instituição além de buscar informações sobre abordagens em sala de aula, na instituição 3 a todo momento da entrevista a coordenadora colaboradora se preocupava em mostrar um plano de aula que abordava a temática, um programa de rádio desenvolvido pelos alunos, eventos e periódicos que tinham publicações sobre esta temática, eventos entre outros. Na Instituição 5, o coordenador desconhecia qualquer caso de intolerância na instituição e nem soube de eventos ou outras oportunidades para este debate, além de algumas passagens eventuais pela temática em sala sem se aprofundar no assunto.

Na fala de alguns coordenadores, pode-se perceber maior preocupação em abordar o tema, haja vista a percepção do interesse emergente dos alunos quando o tema é abordado de maneira transversal na disciplina, ou em eventos dentro da instituição.

Na instituição 2 a temática é abordada de maneira mais formal, em eventos de comunicação que acontecem no segundo semestre letivo nesta instituição, oficialmente o evento estava caminhando para sua segunda edição, contudo já havia acontecido outros eventos semelhantes, nestes eventos as temáticas relativas as identidades LGBT

eram abordadas de maneira mais institucional, contudo, os alunos passaram a mostrar interesse que o assunto fosse abordado de maneira menos pontual “De lá pra cá tem chegado a mim como coordenador algumas cobranças, de discutir um pouco mais esse assunto em sala de aula” (Coordenador 2).

Percebe-se que o elemento motivador para tal proposta acontecesse foi que este assunto fosse abordado em um dado momento, neste caso um evento, desta forma, não se supões a criação de uma demanda para este tema, mas sim pensando sobre uma demanda latente já existente na instituição que se estava silenciada e que pelo viés representacional da temática percebessem um ambiente confortável e seguro para que pudessem falar.

Na verdade, a pessoa que ocupa a posição de receptor pode não receber pode não receber nada e estar envolvido em algo que, sob nenhuma circunstância poderia ser chamado de “recepção”, fazendo por mim nada mais que estabilizar certo espaço, uma posição, um lugar estrutural onde se articula uma recepção possível. (BUTLER, 2015, p.90)

Não há sentido para aumentar a demanda sobre a temática após um evento se não houvesse identificação com o mesmo, a partir do pressuposto de que não há público sem perguntar, talvez seja uma forma de reproduzir uma sistemática não inclusiva nos ambientes educacionais. O mesmo seria aplicado para o desmerecimento do diálogo em outras áreas do conhecimento, em que a miopia sobre a necessidade do debate leve ao silêncio punitivo do indivíduo, a sensação de não pertencimento.

Manter a ordem pela razão do silêncio talvez seja, de alguma maneira um motivo para manter as mesmas sanções que proíbem o indivíduo de expressar-se o que de fato mantém cada um em seu lugar (FOUCAULT, 2014, p.192). O debate pode ser libertador ao indivíduo que almeja, talvez, outras áreas científicas que não as da comunicação. Talvez o silêncio de determinadas identidades não seja uma questão que signifique um estado de conforto social e sim uma regra estabelecida tacitamente, que determina quem pode ou não falar e sobre o que ou não se pode falar.

Quando entrei aqui não era tão assumida quanto agora, e entrar na instituição, tem me ajudado bastante nisso, na minha sala tinha um menino que era mais afeminado, e um outro menino fez uma piadinha, o professor entrevistou, e eu vi que a história era outra. (Aluna Instituição 2)

Em nível de acomodação institucional não levantar um determinado assunto que não está sendo falado talvez seja uma forma de performatizar um cenário de ordem, paz, calma e serenidade dentro da instituição, porém, o proposito do diálogo contínuo, seria

de certa forma antever potenciais crises sempre desestabilizando o sistema, ou seja, sempre em um cenário de crise, criando o hábito da desconstrução do caos, inerente a identidade humana.

Na instituição 1 este aspecto ficou mais evidente por se tratar de um coordenador homem homossexual, este pode compartilhar sua vivência dentro do ambiente de trabalho e junto aos seus alunos, com quem sente-se confortável para compartilhar sua vida pessoal junto ao seu marido, não somente em sala de aula como também em sua rede social.

Não coloco isto em sala a toda hora[...] uma vez minha camisa estava suja de giz e uma aluna comentou “professor sua esposa não lavou direito sua camisa!” eu virei pra ela e disse “não tenho esposa tenho marido e continuei a aula [...] alguns alunos me seguem nas redes sociais e posto a minha vida sem problema. (Coordenador Instituição 1)

No decorrer da conversar este me fala como o aspecto representacional da sua identidade tem refletido na postura dos alunos e como este o aproximou de alunos que logo passaram a pedir-lhe que abordasse mais o tema em suas aulas.

Assim como na maioria das instituições visitadas, nesta não existe uma postura institucionalizada para debater este assunto, as iniciativas partem de uma dinâmica que se dá entre alunos e coordenadores para que aconteça um diálogo.

Tenho Notado que tem crescido uma pauta de discussão sobre questões de gênero e LGBT, não sei se tem haver com internet, etc, que tem informado essa *moçadinha* sobre assuntos que são muito mais tocantes a elas. Mais também nos aspectos políticos que tem abordado isso de uma forma contraria aos direitos humanos que tem motivado essa moçada a este discussão.(Coordenador instituição 1)

Uma visão parecida é compartilhada pela coordenadora da instituição 3, e o Colaborador da instituição 5, que refletem sobre a relação de causa e efeito de políticas públicas e crescimento do debate nos ambientes educacionais “Nos últimos 10 anos temos tido um avanço nas políticas públicas e isso tem refletido nos ambientes acadêmicos e na sociedade de uma forma geral.” (Coordenadora Instituição 3). “Nota-se que o interesse dos alunos tem aumentado, devido aos movimentos sociais e *tal*” (Coordenador da Instituição 5). Nota-se que o acesso á informação fomenta este debate nos ambientes educacionais.

Em sua vivência também como professor o coordenador da instituição 1 mostra que neste ambiente o assunto também apresenta um crescimento interessante no passar

dos anos “quando abordo temas que nem são tão ligados a este tema, este tema aparece, noto que as meninas são quem mais pontuam esta questão” (Coordenador instituição 1)

Neste aspecto todas as entrevistas realizadas apresentam este ponto em comum, os alunos que trazem este tema pra a sala de aula, e para a instituição de maneira geral, contudo, quando falamos de identidades LGBT, não estamos falando que as identidades em si são um sintoma da contemporaneidade, mas a emergência desta temática nestes ambientes.

Tendo em vista o difícil acesso de algumas identidades que compreendem o acrônimo LGBT, neste caso de pessoas transgêneros, à algumas universidades. A provável falta de políticas institucionais claras bem como as muitas incertezas, sobre as formas de levar este debate para o ambiente acadêmico, não somente o debate entre os alunos e entre os professores é capaz de incluir estas identidades, há também um sistema institucional que necessita de métodos formalizados para a inclusão de determinadas identidades, que não parece ser capaz de acomoda-las neste ambiente levando a um possível desconforto relativo à própria identidade.

Caso recente de uma aluna transexual, o nome dela ainda não estava alterado na carteira de identidade, gerou um pouco de problema pra ela. Ela não havia colocado isso ainda pra sala, e na hora da chamada o nome dela na chamada gerava desconforto, pois ainda estava como masculino, e ela acabou largando o curso (Coordenador instituição 1)

A discursão nos trás a luz determinadas posturas adotadas socialmente, acreditar que nunca existiu um aluno LGBT antes em uma sala de aula, pelo fato deste não ter levantado tal questão antes, é pouco provável. Talvez o sistema social atual, de certa forma, aja para que a as identidades tenham o seu lugar “devido” dentro de um contexto, que regula não somente seu lugar como sua função na sociedade.

3.2 A NATURALIDADE DA INCLUSÃO NO CURSO DE COMUNICAÇÃO

Nos cursos de comunicação, de quase todas as instituições pesquisadas, há uma percepção generalizada de um processo inclusivo natural das identidades referentes a grupos LGBT, esta percepção é reproduzida nos discursos dos colaboradores das instituições 1,2,3 e 5, todavia, esta “naturalidade” é contraditória em si.

No próprio discurso dos Colaboradores, percebe-se um aumento da demanda pelo interesse sobre o assunto, decorrente de eventos pontuais que possibilitaram o

acesso à informação que se refletem no não silenciamento das identidades LGBT nestes ambientes, gerando demanda para mais abordagens em sala de aula pelo tema, como visto anteriormente.

A medida que as ações para incluir são efetivadas, cresce em medida proporcional, como forma de respostas, grupos que agem contra este movimento de inclusão social dentro destes ambientes.

De lá pra cá a gente começou a nota que começaram a se formar certas tribos[...] há um ano atrás tivemos a semana da comunicação voltado para o feminismo [...] Ag gente teve três dias que causou pra caramba [...] os meninos ficaram muito incomodados, parte do discurso diz respeito a relação homem e mulher, e os meninos ficaram muito incomodados. (Coordenador instituição 2)

Nesta conversa o coordenador ainda continua sua fala deixando claro que a medida que cresce a demanda pela inclusão destas identidades, outros grupos associados a identidades religiosas se posicionam dentro do campus com rodas de violão no pátio da instituição, etc.

A resistência destes grupos, de certa perspectiva, ilustra um cenário de conflitos motivados pelas questões que envolvem a narrativa identitária LGBT, em ambientes externos a universidade, que buscam manter ou ocupar uma posição de dominância dentro de um sistema social. Se pensarmos em uma relação entre identidades oprimidas ocupando um espaço maior na sociedade pensamos em uma dinâmica que, sim a torna opressora em algum ponto, já que a mesma “oprima” o opressor que perde seu direito de oprimir.

A Coexistência dos indivíduos em sociedade é marcada pelo conflito entre o individual e o coletivo, considerado por Moscovici (1995) como realidade Fundamental para a vida social. Esse conflito insurge e é promovido pelo confronto e tensão entre individualização e socialização que as normas formais elaboradas pelas instituições existentes nas sociedades, conduzem a todo o tempo. Dessa forma, a construção de representações partilhadas permite uma certa regulação dessas tensões no limite do suportável. (ANDRADE, CAPPELLE, 2002)

Se o sujeito busca sua condição existencial dentro desta realidade que além de seu aspecto individual possui de fato a vivência dentro do coletivo, do campo social, logo refletir que para que a fluidez entre os campos sociais aconteça a desconstrução de pontos limitantes dentro do discurso que se refletem no campo social, limitando identidades LGBT a determinadas áreas de atuação, como por exemplo, artes e curso de comunicação aonde a inclusão é vista como “natural”.

Em decorrência deste cenário a gestão desta dinâmica humana e suas inerentes identidades, emerge nas instituições educacionais a necessidade pensarem em cenários mais dinâmicos diante da demanda social para que a questão de inclusão de seu público pluralmente identitário seja orgânico agindo de maneira mais proativa diante da dinâmica humana. Baseia-se na perspectiva de que nenhum ambiente está, de fato, fadado a reproduzir o mesmo comportamento cultural. Pode-se e optar por desconstruí-lo dentro de sua perspectiva educacional como formadores de opinião e de cidadãos.

Quando os papéis designados não suprem a necessidade das identidades, como aloca-las em uma carreira na comunicação, ou artes, encontra-se com mais clareza a imposição social que se coloca para estas identidades, de modo que a naturalidade é questionada “Temos transgêneros na turma de moda, natural até por outro viés de criação, de mais liberdade” (Coordenador Instituição 2) Se pararmos pra pensar não há uma razão propriamente “natural” para que uma identidade pertença a uma carreira, este mesmo argumento validaria a mesma lógica que posiciona uma mulher transgênero na profissão de cabelereira ou profissional do sexo, assim impossibilitando-a, segundo a perspectiva cultural, de ser advogada, engenheira, professora, etc. aonde é menos comum vermos esta identidade.

A carreira LGBT, neste pensamento é estabelecida de maneira compulsória. Dentro de seus aspectos socialmente epistemológicos que coloca cada identidade em seus “devidos” lugares, com seus papéis predeterminados no sistema social, dentro de uma cultura acidentada definidas a partir de uma inteligência social que não é questionada.

Reconhecer o funcionamento do sistema social proporciona subsídio para que sejam desenvolvidas medidas que garantem em até certo ponto, um ambiente seguro para a construção do diálogo e que este ocorra de forma eficiente, não sendo necessário decidir se é importante para a instituição discutir a importância de uma identidade ou não, em um ambiente educacional, mas sim garantir o acesso, a oportunidade e acomodação dentro deste ambiente, possibilitando a construção (e desconstrução) de significantes sociais que resultem em sua não acomodação, ao garantir voz ao outro para que este ocupe seu lugar de fala e construa seu acesso na sociedade.

3.3 OPORTUNIDADES DIALÓGICAS NA INSTITUIÇÃO

Explorar as oportunidades para fomentar o diálogo sobre as temáticas LGBT dentro dos ambientes acadêmicos é perceptível até certo ponto. Existem elementos motivadores manifestados em diversos formatos. E talvez a desconstrução sobre os padrões dialógicos perpassa pela compreensão destes elementos.

O principal elemento em comum percebido nas universidades é a presença de coletivos que aos olhos dos coordenadores colaboradores, reconhecidamente, facilitam o diálogo entre instituição e grupos LGBT, em todas as universidades a presença deste coletivo foi reconhecido pelos Coordenadores colaboradores como agente de fomento para esta discussão.

A partir do reconhecimento de agente motivadores dentro da instituição, parece que em muitos momentos a compreensão deste coletivo identitário dentro das instituições não é visto em seu significado mais amplo, como um símbolo, que talvez, signifique a não inclusão pelo sistema social, afinal, por qual outro motivo pessoas se reuniriam em torno de interesses em comum, se não, para somar vozes? “O Movimento é muito mais de legitimação do que de ação” (Coordenador Instituição 5). Com qual objetivo o ato de Legitimar, *Legitimare*, tornar legal, existir, ser visto dentro do sistema educacional ou mesmo Legitimar a ação, pode não ser compreendido como um movimento de ação comunicativa de inclusão e inserção no processo institucional.

Experimentamos métodos, técnicas, processos de comunicação. Superamos procedimentos. Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos, de que só nas bases populares, e com elas poderíamos realizar algo de sério e autênticos para elas. Dai jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a sua vulgarização, ou, por outro lado a doação ao povo, do que formulássemos nós mesmos, em nossa biblioteca, e que a ele entregássemos como prescrições serem seguidas. (FREIRE, 2014, p.134)

A ação coletiva por seu viés legitimador, talvez, busque esta forma de comunicar uma potencial falha na democracia dialógica institucional acadêmica, de maneira que talvez, o processo educativo nestes ambientes deva ser ampliado para as identidades LGBT. Dentro da historicidade da episteme (Derrida, 1971, p.229). Não seria difícil deduzir suas matrizes educacionais e metodológicas construídas em cima do silêncio destas identidades, assim como de outras, assim esta ação coletiva, talvez, comunique sua não acomodação em forma de coletivos.

A rigidez da teoria, do método, talvez se oponha o dinamismo da cultura, buscando a limitação ou mesmo a compreensão de que existe um lugar para inclusão e inserção. Negar a existência de um campo com mais oportunidades disciplinares para que o debate ocorra seria uma afirmação em parte imprudente.

Em algumas disciplinas acredito que isto acontece Naturalmente (...) em sociologia agente trabalha alguns temas transversais, A temática de direitos humanos agente trabalha racismo desigualdade de gênero e homofobia, nesta disciplina nos trabalhamos de maneira interdisciplinar com o Jornalismo. (Coordenadora Instituição 3)

De uma perspectiva disciplinar, talvez, as oportunidades existam em maior oferta, ou pelo menos de maneira mais evidente, em determinadas áreas do conhecimento, porém se considerarmos que o método pelo qual nos comunicamos dentro de uma disciplina é diferente em sua forma de comunicação, a maneira como o assunto é tratado é adaptável podendo ser compreendido pela ótica daquela disciplina. A comunicação deste ponto de vista não precisa necessariamente ser vista com um formato rígido, imutável com métodos e técnicas e engessadas, entretanto inserir o debate uma disciplina seria um elemento motivador em sua representatividade.

Coloquei uma disciplina no currículo novo, que aborda direitos humanos, embora eu não ache que esta questão seja de uma disciplina apenas [...] quando coloquei esta disciplina foi porque eu pensei “Chegou o momento” por isso eu coloquei esta disciplina (Coordenadora instituição 4)

Supondo uma diretriz norteadora institucional as questões LGBT podem ser tratadas por diferentes perspectivas, maneiras e métodos, com um norte inclusivo, assim o dialogo poderia ser ampliado e não limitado aos cursos de comunicação, que talvez possuam maior compreensão da condição humana e sua pluralidade, de gêneros, sexos e sexualidades, debatendo o assunto com mais frequência e assim e disposição e talvez este seja o convite tácito que faz com que estas identidades ocupem os espaços da arte e comunicação com maior comodidade, porém quando pensamos por outra perspectiva a “liberdade” em determinadas áreas encontra seus limites em outras disciplinas.

Além dos coletivos outras oportunidades de diálogo surgem nestes ambientes, a própria existência destas identidades neste ambiente já traz consigo uma oportunidade para que se debata a inclusão em diferentes aspectos.

As coordenadorias fazem esse papel, de instruir de investigar questões, principalmente depois do que aconteceu ano passado, temos esse cuidado de evitar intolerância ao máximo e nós das coordenadorias tentamos ao máximo fazer um ambiente inclusivo ao máximo, etc. eu diria que não há uma

formalização em papel mas essa é uma diretrizes da direção e é uma *practices* uma prática. (Coordenadora instituição 4)

O caso ao que a coordenadora colaboradora se refere é o caso (citado anteriormente) entre um aluno transgênero e um docente. Debatendo abertamente este caso a colaboradora fala sobre o processo de acomodação desta identidade na instituição e a utilização do nome social.

A faculdade aceita e estimula, entra na lista com o nome social , foi uma diretriz utilizada quando o [Nome do aluno] veio transferido chegou até nós um e-mail uma formalização, falando que o aluno era transexual ele está na frequência com o nome social ele dever ser chamado pelo nome social (Coordenadora instituição 4)

A utilização do nome social se torna uma das principais questões de aceitação por determinadas identidades, neste caso a identidade de travestis e transexuais, a acomodação de uma identidade que foge ao estabelecimento cultural para o feminino e masculino que em sua linguagem já coloca o indivíduo em seus rótulos, para que o mesmo seja compreendido, contudo os rótulos são mecanismos simbólicos de identificação.

Entre o compartilhamento destas experiências que ocorrem nos ambientes institucionais percebe-se a presença do diálogo; não há nesta instituição um regimento interno que coloque limites na tolerância, porém há a compreensão do espaço do indivíduo e dentro desta compreensão busca-se a acomodação de sua identidade por meio de suas práticas.

3.4 MODERNIDADE, RÓTULOS E DIÁLOGOS

A questão não seria estabelecer cotas dialógicas ou mesmo cotas LGBT na instituição, mas sim, ter a ciência do sistema em que a instituição educacional está incluída a fim de estabelecer políticas de incentivo ao diálogo. Quando se fala de incentivo ao diálogo compreende-se que na mesma medida em que se incentiva o diálogo busca-se proteger as estruturas dialógicas, para garantir que determinadas identidades, que já são convidadas ao silêncio, possam gozar de segurança em seu lugar de fala, para que se cumpra a finalidade de repensar o humano e seus significados identitários.

As identificações constitutivas de uma narrativa autobiográfica são sempre parcialmente fabricadas. Lacan afirma que nunca podemos contar a história

de nossas origens, exatamente porque a linguagem separa o sujeito falante das origens libidinais recalçadas de sua fala; entretanto o momento fundador em que a lei paterna institui o sujeito parece funcionar como uma meta-história, a qual não só podemos, como devemos contar, ainda que os momentos fundador do sujeito, da instituição da lei, sejam tão anteriores ao sujeito falante quanto o próprio inconsciente. (BUTLER, 2014, p.122)

A definição linguística multiplamente identitária que sujeita o indivíduo em seus padrões linguístico trás consigo os conflitos decorrentes da mesma. De maneira que ao posicionar-se dentro deste discurso que o diferencia, o indivíduo “diferente” do discurso assume seu lugar de pertença utilizando-se de sua capacidade dialógica por meio da interação com o outro, funcionando como um agente significador de si mesmo.

Toda a fundação dos sistemas sociais está sujeito á linguagem, no momento em que ambientes sociais são constituídos sob as práticas culturais, são inerentes ao seu funcionamento seus aspectos linguísticos e discursivos, desta perspectiva todos os ambientes estariam sujeitos ao discurso e a linguagem adotada.

O não reconhecimento de posturas excludentes dentro dos ambientes educacionais seria o mesmo que não reconhecer a instituição acadêmica como um ambiente social, e que este está sujeito a tal característica cultural. Deste modo o diálogo, talvez, contribua para que constantemente as estruturas sociais sejam desconstruídas e adaptadas a “novas” perspectivas sociais e deste modo reflitam e questionem os aspectos sociais contemporâneos, a tal ponto que transmita conforto para as identidades LGBT se expressarem, contudo, ainda assim, é improvável que não existam posturas excludentes nestes ambientes.

Posicionar-se politicamente, enquanto individuo por meio de seus rótulos autoimpostos e ter oportunidade de contar, manipular, desenhar ou mesmo redesenhar seu “eu” em seus aspectos sociais “Os estranhos se encontram de uma maneira adequada a estranhos” (BAUMAN, 2000, p.111), talvez seja um exercício de libertação em que o indivíduo conta sua própria história de sua perspectiva para o outro.

Ao mesmo tempo em que se busca desconstruir os rótulos (por assim dizer) busca-se rotular para incluir; os rótulos colocados compulsoriamente são diferentes dos rótulos autoimpostos, desta forma não há como conhecer o outro sem um senso comum já formado, de maneira que o estranho não seria o estranho, propriamente dito, o estranho é o senso comum do discurso com seus significantes sociais determinados.

Por meio do diálogo permite-se que o outro passe narrar sua própria perspectiva autobiográfica de modo que o interlocutor possa posicionar-se dentro da linguagem alterando os significantes e significados do discurso.

A questão da rotulação como viés de “identidade manifestada” é visto de uma perspectiva comunicacional mais abrangente do que seu aspecto tecnicista é compreendido dentro de uma percepção reflexiva sobre a pluralidade humana, manifestada no diálogo e não silenciada, que tem como ambiente mediador as instituições educacionais.

CAPÍTULO 4

A PRÁTICA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO.

Ao compreender os ambientes educacionais, em que estão inseridos os cursos de comunicação, compreende-se sua provável subjugação ao sistema cultural social ao qual em que são formadas as práticas inclusivas, desta forma a normatização não inclusiva imposta às identidades LGBT, talvez, possam algum reflexo dentro dos ambientes educacionais no momento de problematizar e dialogar sobre estas questões.

Ao determinismo de paradigmas e modelos explicativos associa-se o determinismo de convicções e crenças, que, quando reinam em uma sociedade, impõem a todos e a cada um a força imperativa do sagrado, a força normalizadora do dogma, a força proibitiva do tabu. As doutrinas e ideologias dominantes dispõem, igualmente, da força imperativa que traz a evidência aos convencidos e da força coercitiva que suscita o medo inibidor nos outros. Politicamente corretos e instrução dos docentes. (MORIM, 2000, p27)

Assim a resistência ao reconhecimento ou mesmo à colocação do assunto no cotidiano dialógico dos ambientes educacionais, talvez nada mais sejam do que um reflexo cultural “Chega até mim que alguns professores ainda têm resistência em discutir o assunto em sala de aula” (Coordenador da Instituição 1). Desta forma se pensarmos que as próprias instituições são sistemas sociais orgânicos, em que pessoas dentro de um sistema social estabelecem suas regras de convivência, entende-se que a mesma é moldada dentro das mesmas regulações sociais externas a estes ambientes, haja vista que as praticas pessoas extrínsecas ao ambiente educacional são trazidas para seu interior e refletidas em suas práticas.

Ao pensar na ideia de discutir as questões relacionadas a pessoas LGBT dentro das instituições educacionais estamos falando de propiciar bases dialógicas para que exista efetivamente um debate que tenha como finalidade desconstruir o poder imperativo do discurso que determina que as identidades relacionadas a grupos LGBT sejam, talvez, tacitamente silenciadas nos espaços acadêmicos, haja vista, que o individuo que não se sente seguro em seu ambiente, seu espaço de convivência social, talvez escolha sofrer em silencio pela não inclusão de sua identidade (IRIGARAY. 2009).

À primeira vista, o termo “regulação” parece sugerir a institucionalização do processo pelo qual as pessoas são tornadas normais. De fato, referir-se à regulação no plural já é reconhecer que são essas leis, regras e políticas concretas que constituem os instrumentos legais pelos quais as pessoas são tornadas normais. Mas seria um equívoco, creio eu, compreender todas as maneiras pelas quais o gênero é regulado em termos dessas instâncias legais empíricas, porque as normas que governam essas regulações superam as próprias instâncias nas quais são corporificadas. Contudo, seria igualmente problemático falar sobre regulações de gênero em abstrato, como se as instâncias empíricas apenas exemplificassem operações de poder que ocorrem de maneira independente delas próprias.(BUTLER, 2004)

A experiência desenvolvida nos ambientes acadêmicos visitados não trata as questões LGBT como algo formal, observando o aspecto dialógico com o viés da “naturalidade inclusiva” então sob o véu da naturalidade não há um propósito para métodos de inclusão para tais questões “Não há um setor específico que trate destas questões” (Coordenador Instituição 5). Não é observado um problema real no fato de não existir um setor, sala, porta ou qualquer outro tipo de espaço físico ou mesmo representacional na instituição para administrar as questões de inclusão, contudo no decorrer da conversa ao perguntar se já existiram casos de intolerância na instituição este diz desconhecer, “se já ouve, não que eu saiba deve ter existido, mas isso é resolvido no setor pedagógico” (Coordenador Instituição 5).

Pode-se perceber em vários momentos na fala do representante, que as questões LGBT são vistas como responsabilidade de outros setores da instituição ou mesmo disciplinas, como o departamento de apoio psicológico. Desta forma deduz-se, que ao mesmo tempo que não há um setor que promova uma ação sobre posturas inclusivas, há um setor que reaja a posturas não inclusivas.

Talvez as questões identitárias LGBT ainda sejam observadas como uma alteração no sistema organizacional institucional, em que não se compreende a causa, porém se têm um “remédio”, contradizendo a fala de todas as instituições, exceto a 4, que reproduziram em seus discursos a inclusão LGBT como natural.

4.1 A IGUALDADE DA PLURALIDADE

A compreensão de que as questões identitárias LGBT dizem respeito á inclusão e inserção de pessoas em um sistema que automaticamente fundamenta suas práticas sociais de maneira a não inclui-las, entende-se que a inclusão de temas pertinentes a

estas identidades tem caráter representacional, deste modo, não sendo um simples debate político mais sim uma postura humana inclusiva.

Em um diálogo autêntico a reciprocidade assume um papel muito importante, reciprocidade esta, que é vista quando falado ou em silêncio (Buber. 2014. P.53,54). Talvez a disposição para a compreensão do outro em um diálogo aconteça não somente em palavras, contudo quando percebemos a realidade do outro de maneira empática as atitudes e ações, ganham significado e este é agregado em uma nova realidade.

Buscar a compreensão do caráter representacional para o indivíduo diante do tema debatido, bem como seu impacto social faz com que de certa forma a democracia exista em seu caráter dialógico, por meio de significadores inclusivos que levam o indivíduo a questionar sua postura silenciosa a qual está socialmente sujeito a adota-la. De maneira que ao perceber que o tema de sua vivência está sendo abordado este é convidado de maneira tácita, a posicionar-se em sua perspectiva dialógica, da mesma maneira que foi convidado a não posicionar-se. Mesmo entendendo tal ação como agente motivador de uma estrutura dialógica convidativa, porém ainda imperfeita, está se torna mais inclusiva respeitando a particularidade do indivíduo. “É importante para instituição debater este assunto em igual medida aos demais assuntos, do mesmo jeito que se debate LGBT se debate lava jato” (Coordenador instituição 5). Comparar graus de importância sugere a falta de compreensão da representatividade individual de determinados temas, comparando com questões que influenciam o campo social de outras formas, ou seja, bem como a pluralidade humana, os temas representacionais refletem, ou deveriam refletir, seus agentes sociais.

Debater tais questões criticamente respeitando suas particularidades dentro da compreensão da realidade representativa de seus temas permite, talvez, a permeabilidade destas identidades em seu campo de estudos contemplados em sua teoria e prática social contemporânea.

Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático, e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encara-la. A formas verbosas de representa-las (FREIRE, 2014, p.126)

A criticidade com que as questões sociais são tratadas refletem a superficialidade das questões debatidas, impactando talvez em seus vieses inclusivos.

Os ambientes educacionais possuem um caráter que vai além do profissional; em sua responsabilidade social que inclui o tratamento de cidadãos que são agentes sociais e interlocutores sociais “Em uma Instituição educacional a gente não faz sapato, se ela forma cidadãos, se ela forma profissionais, ela forma para o mercado de trabalho ela não pode se ausentar de questões que possam contribuir para sociedade” (Coordenador Instituição 1). Estar ciente do caráter social dos ambientes educacionais, neste caso acadêmico, trazem a luz outras perspectivas que se refletem nas posturas adotadas dentro da instituição. “a posição da universidade não é só ensinar a matéria é ensinara a vida” (Aluna Instituição 2)

Debater as questões LGBT não diz respeito a debater pessoas em si, mas sim contribuir para que toda uma estrutura social potencialmente excludente para determinadas identidades seja repensada, ou mesmo observada por outras perspectivas permitindo a desconstrução de epistemologias que se “justificam” sob a lógica do “porque sim” para subsidiar a normatização das identidades heterossexuais e cisgênero.

Partindo da perspectiva de que, talvez, todo processo de construção científico e pedagógico fora construído em cima de identidades predominantes dentro da construção do discurso, entende-se que o discurso, por definição, exclui quem não está incluído nele “Se a pessoa é ou não, não nos interessa, nos interessa que a pessoas se sinta confortável em sala de aula” (Coordenador Instiuição 2), assim a perspectiva dialógica da inclusão por meio do debate não é entendido como um momento social ou como um acontecimento político, este seria a compreensão do reestabelecimento de novas bases dialógicas culturais.

Oferecendo um espelho que pudesse refletir outras identidades, neste caso a LGBT, com a finalidade de repensar o sistema científico metodológico para “permitir” a participação de outras identidades neste contexto.

4.2 INCLUSÃO, INSERÇÃO E O POLITICAMENTE CORRETO

Desta perspectiva os mecanismos de compreensão inclusiva seriam observados da ótica da compreensão de disponibilidade e disposição para estabelecer o diálogo dentro dos cursos de comunicação, dentro da compreensão deste como parte de um sistema organizacional cultural e suas interações entre alunos e professores bem como seus impactos. “A [Nome da Instituição] Não tem uma política clara para a inclusão, o que seria natural para uma instituição deste tamanho, temos uma experiência em PP (Publicidade e Propaganda) que está se adaptando” (Coordenador Instituição 2). Ao mesmo tempo que o coordenador deixa claro esta perspectiva o mesmo afirma “nos outros cursos as pessoas tendem a problematizar menos”(Coordenador Instituição 2).

A “aceitabilidade” maior das identidades LGBT nos cursos de comunicação é um discurso comumente reproduzido nas entrevistas, desta maneira pode-se inferir uma relação de causa e efeito que faz com que os cursos de comunicação sejam mais convidativos a estas identidades, neste aspecto se parte do princípio dialógico para tanto.

O homem é, portanto, um ser plenamente biológico, mas, se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível. A cultura acumula em si o que é conservado, transmitido, aprendido, e comporta normas e princípios de aquisição. (MORIN, 2000, p.52)

Com a finalidade de pensar e fomentar o diálogo identitário no qual os significantes e significados estão consolidados, busca-se a compreensão da perspectiva inclusiva a partir da maneira sobre como este diálogo é abordado no ambiente acadêmico.

Ao pensar o politicamente correto dentro do ambiente acadêmico, não esta se falando de uma regra a ser seguida, encara-se tal perspectiva do questionamento sobre a linguagem e o discurso adotado no cotidiano das instituições educacionais e seus cursos de comunicação. Ao se questionar, ou mesmo ser questionado, sobre a atuação do agente educador em sua interação com os interlocutores educandos, traz a luz o momento social da linguagem educacional e institucional.

O termo politicamente correto talvez nada mais seja, desta perspectiva, do que o ato de reestabelecer novas maneiras de comunicar-se nos ambientes educacionais, que se adapta dinamicamente ao reflexo da sociedade bem como seus movimentos de resistência a linguagens potencialmente não inclusivas.

Isso não significa, entretanto, que nossa sociedade tenha suprimido (ou venha suprimir) o pensamento crítico como tal. Ela não deixou seus membros reticentes (e menos ainda temerosos) e lhe dar voz, Ao contrário: Nossa sociedade – uma sociedade de “indivíduos livres” – fez da crítica da realidade, da insatisfação com que “o que aí está” e da expressão desta insatisfação uma parte obrigatória dos afazeres de cada um dos seus membros.” (BAUMAN, 2001, p.31)

Considerando assim uma perspectiva, talvez, um tanto quanto tensa, trazendo a ambos interlocutores em sala de aula um clima de excessivo cuidado em suas interlocuções, excessivo da perspectiva do *Habitus* que o indivíduo utiliza-se para filtrar, decodificar e devolver para o mundo seu ponto de vista.

Hoje é preciso ter mais cuidado, hoje embora exista bastante dialogo e agente posso falar sobre muita coisa, existe um ponto de tensão e as pessoas estão muito tencionadas então nós temos um cuidado maior ao falar [...] este ponto de tensão não existia antes, as pessoas estão um pouco sem paciência com as coisas, agente tinha essa facilidade pra falar, o diálogo antes era muito mais tranquilo hoje qualquer coisas que se fala se coloca na mídia, nas redes sociais (Coordenadora Instituição 3)

Os filtros, talvez extremistas, precisam levar em conta outras variáveis que sejam capazes de determinar mais assertivamente o que de fato é discriminação e o que é reprodução de comportamentos culturais discriminatórios, preconceito e fobias.

Como mecanismos normativos culturais, busca-se compreender que em seu universo a uma normalização da não inclusão, que é reproduzida nas práticas sociais “O que a regulação normativa faz é dar uma forma, direção e propósito à conduta e à prática humanas; guiar nossas ações físicas conforme certos propósitos” (HALL,1997)

Está se falando de uma perspectiva dialógica que tem como objetivo modificar um comportamento arraigado na sociedade, que busque desestabilizar o sistema a que responde tão enfaticamente comportamentos excludentes como forma de verdade absoluta.

Não há questionamentos sobre a estrutura da linguagem adotada, nem mesmo de que esta precisa ser modificada para que seja inclusiva, já que em sua origem, talvez, não possua esta característica, a da inclusão de identidades LGBT; o questionamento seria o de que os métodos aplicados pelos interlocutores, talvez, não comportem seus aspectos comunicacionais na contemporaneidade.

Fazer uso de tais linguagens permite que determinados grupos de pessoas, neste caso LGBT, possam fazer parte da dinâmica social deste ambiente, ao não permitir que identidades sejam diminuídas por meio de piadas ou mesmo associadas a coisas ruins

como a utilização da palavra “bixa”, “veado” e etc, para referir-se a algo ruim, se está desconstruindo tais aspectos culturais.

Eu peguei uma fase em que esses assuntos eram muito presentes mas já peguei uma situação, não de intolerância, mas piadinhas tipo trapalhões nos anos 80 sabe [...] não gosto nem de usar essa palavra (intolerância) é uma questão de igualdade. (Coordenadora instituição 4)

Talvez, a liberdade de expressão encontre o seu limite a partir do momento em que se agride a individualidade do outro em sua própria liberdade de expressar-se enquanto indivíduo “A liberdade de falar vai incluir as pessoas” (Aluna Instituição 2), é de fato tênue, a linha que separa as duas liberdades de expressão, a dinâmica existente entre as perspectivas se difere em seus aspectos práticos a liberdade de falar e a liberdade de ser.

O ponto de equilíbrio se daria na conscientização das práticas culturais “A política do politicamente correto é contraditória em si” (Coordenador Instituição 5), não cabe refletir etimologicamente o termo “política” porém cabe a percepção de seu uso prático que designa o termo aceitável de se referir a identidades.

O compreensível que mudanças sociais possuam certa resistência em seu campo social, mas vale lembrar que não se inventou ou mesmo encontrou-se por acidente a prática do politicamente correto, as pessoas se permitiram lutar e falar sobre a maneira como querem ser vistas e percebidas socialmente em sua perspectiva e enquanto cidadã. Pensa-se de fato é mesmo tão difícil expressar-se sem diminuir outras pessoas?

Falar em compreender tais mudanças seria arbitrário em certos aspectos se não refletisse o lado do agente educador. Não há como ignorar o tempo que se leva para que uma cultura se adapte a novos hábitos, e talvez, nunca seja possível adaptar-nos rapidamente a dinâmica cultural dada a quantidade de assuntos emergentes. “Tem um pessoal mais aguerrido, mais *power* que uma coisa que por menor que você possa falar, você pode estar sendo indelicado, o bom é que dessas questões que surge a semana de comunicação.” (Coordenador Instituição 2)

O tempo é relativo. Além da disponibilidade para o diálogo existe a disposição para o mesmo, resistir a compreensão do espaço individual e social depende da subjetividade, logo, demanda-se relativo tempo para que o mesmo aconteça.

Nem todas as posturas podem ser resumidas a discriminação, preconceito, machismo, LGBTfobia, entre outras expressões utilizadas para designar as ações contrárias a inclusão, “Acredito que a resistência para debater os temas seja porque os professores não estão muito familiarizados com o tema - ou porque é machista mesmo- falam alguma coisa os alunos me procuram e conversam sobre a postura do professor” (Coordenador instituição 1).

Há de se compreender que a própria linguagem em si já possui tais características excludentes, e fazer a diferença entre deliberadamente discriminar e reproduzir a violência moral e ética da linguagem contemporânea sobre o indivíduo; este processo de diferenciação se dá na racionalização da temática em sua forma dialógica que traz esclarecimento para ambos os lados.

O diálogo das identidades LGBT mais do que uma questão política é algo para que seja discutido para o desenvolvimento humano dentro dos ambientes educacionais, incentivando a participação dentro de um sistema social que age organicamente para a construção da cidadania. “não deve ter militância, mas deve ter esclarecimento” (Coordenador Instituição 2).

Dado os aspectos dos cenários demonstrados o exercício da compreensão do espaço do outro é dever dos dois lados bem como os papéis desempenhados e a postura adotada, para que seja analisada tais questões dentro de uma temporalidade.

4.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INCLUSÃO

A postura do profissional frente ao debate reflete os aspectos sociais institucionais consolidados nas práticas cotidianas da instituição, desta maneira a instrução do agente educador sobre como conduzir determinadas situações em sala de aula, é observada de maneira autônoma dentro das instituições.

Não existe uma política norteadora sobre as questões LGBT dentro das instituições, com exceção da Instituição 4 que reconhece a existência das diretrizes do MEC, sobre as questões que abrange a diversidade sexual e de Gênero, e tais práticas são as diretrizes acadêmicas adotadas pela instituição, contudo, de todas as entrevistas esta foi a única representante que mostrou ter o conhecimento sobre a mesma.

O nosso curso na nossa atual PDC (Plano pedagógico do curso) segue as novas diretrizes do curso de jornalismo que contemplam a necessidade de nós discutirmos as questões de gênero, igualdade racial, igualdade; bem enfim, de todos os tipos de pessoas, questões sócio ambientais responsabilidade social e essas questões também de sexualidade de gênero. (Coordenadora Instituição 4)

Pensar os comportamentos talvez seja o primeiro passo para que se instaure novos hábitos e “A Universidade é até contrária a ter esta instrução [do professor] porque eu acho que ai dirige, e agente não concorda com esta diretiva agente acolhe.” (Coordenador Instituição 5) a forma sobre como está questão é acolhida não foi especificada.

A intenção do acolhimento se difere, em definição, da metodologia para tal postura acolhedora, a medida que se tem um método para que acolhimento aconteça, é possível disseminar institucionalmente esta postura entre outras áreas do conhecimento humano a fim de que a postura inclusiva não se limite a uma área do conhecimento científico “A questão é dar oportunidade, espaço para partir dos alunos. É uma forma de não limitar e sim de espalhar a questão por vários espaços, e não determinar o espaço para aquele público” (Coordenador Instituição 2).

A institucionalização do discurso de inclusão não se trata de limitação do diálogo se trata de desconstruir a linguagem do discurso praticado que, talvez, limite a participação de identidades LGBT no debate, modificando seu significado para que convide estas identidades a participar do debate.

Falta ampliar esta discursão com o corpo docente, no sentido de mostra-los que nos temos um público muito heterogêneo, que se a gente não quer discutir isso por uma questão de sociedade brasileira, de cultura brasileira agente é obrigado a discutir isso, pela questão do publico que temos. (Cooredenador Instituição1)

A emersão da realidade cultural, linguística e discursiva que compreende as questões LGBT dentro do ambiente acadêmico, permite que os interlocutores tenham a oportunidade de devolver para o campo social, práticas profissionais, pessoais, culturais de uma maneira geral, que contribuem de maneira mais abrangente para a inclusão em seu sentido mais amplo.

Pensa-se que a proposta é oferecer a reflexão sobre outra realidade das práticas sociais, com a finalidade de trazer à prática educativa (que não deixa de ser social) a reflexão sobre os fundamentos científicos metodológicos que determinam áreas do conhecimento que são mais ou menos cômodas para as pessoas LGBT “Faz parte

igualmente do pensar, certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.” (FREIRE, 2016, p.37)

Se tais questões não se mostraram fortes o suficiente para serem debatidas no passado, talvez, os tempos atuais convidem este debate para estes ambientes.

Tem tido um crescimento, nos últimos 10 anos desta temática principalmente nestes últimos 5, acho muito bom os jovens se conscientizam mais cedo, quanto mais discussão melhor porque os alunos acabam percebendo algumas coisas que não percebiam antes a necessidade das pessoas se posicionarem e o respeito as diferenças. (Coordenadora Instituição 3)

Nos 10 anos de docência a Coordenadora colaboradora, coloca com entusiasmo suas percepções sobre o crescimento do interesse sobre estes assuntos em suas aulas, não muito diferente outros colaboradores corroboram com a percepção da mesma.

4.4 ASSUMIR-SE EM AMBIENTES EDUCACIONAIS.

Da perspectiva crítico educativa nos ambientes educacionais, considera-se que a narrativa autobiográfica de cada indivíduo, por mais enviesada que seja pelo sujeito da linguagem, nos permite transitar na realidade do outro pela perspectiva do encontro com o outro. Desta forma o indivíduo interpreta-se em seu contexto de vida proporcionando aos interlocutores a troca de experiências.

Outro sentido mais radical tem a assunção ou assumir quando digo: uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 2016, p.42)

Cada indivíduo carrega consigo sua própria identidade dentro da cultura o ato de colocar-se em sua historicidade dentro do discurso verbalizado em primeira pessoa, traz consigo a prática da desconstrução de seus signos, deixando a apatia introjetada pela perda do espaço de fala “Abraham e Torok sugerem que a perda característica do luto estabelece *um espaço vazio*, interpretado literalmente pela boca vazia que se torna condição da fala e da significação.” (BUTLER, 2015, p.123).

Dentro da narrativa o indivíduo exerce sua capacidade narrativa, que busca significa a si mesmo no discurso. “A narrativa é uma das principais atividades humanas.

O tempo todo nas maneiras mais diversas, estamos reconstruindo a realidade como um discurso.” (MARTINO, 2010, p.40). Se possuímos a capacidade humana de reconstruir o discurso entende-se que este pode ser reconstruído de maneira inclusiva a identidades silenciadas.

A desconstrução do aspecto “real” a partir da perspectiva de cada indivíduo torna sua descontinuidade inerente ao discurso individual, momento em que se constrói uma realidade social, de maneira coletiva por meio de práticas dialógicas que trazem em si seu aspecto questionador e dinâmico comparado a reprodução de potenciais métodos massificados que agem dentro de aspectos disciplinares.

Como instituição, o nome próprio é arrancado ao tempo, ao espaço e as variações de lugar e de momento: assim para além de todas as mudanças e flutuações biológicas e sociais, ele assegura o sentido de identidade a si mesmo, de *constantia sibi*, exigida pela ordem social.

A colocação de experiências a partir da sua própria perspectiva identitária cada indivíduo, proporciona o deslocamento de seus significados dentro do sistema social, em sua descontínua realidade, lhe consentindo poder de estabelecer-se, incorporando seus próprios significados ao discurso questionador em suas raízes matriciais culturais “De uma certa forma discutir feminismo é discutir a emancipação das pessoas” (Coordenador Instituição 2)

Trazer para este ambiente o debate sobre questões, que a principio podem parecer comum ao ambiente, normais, ou desnecessárias, porém dada a dinâmica cultural, individual um mesmo assunto pode ser entendido significado de inúmeras maneiras, e em que momento deve-se discutir ou mesmo deixar de discutir determinados assuntos?

Talvez as questões que envolvam Gêneros e Sexualidades ainda estejam longe do seu ápice dialógico, contudo a tênue linha que separa o “não vamos discutir, porque não é necessário” e “não vamos discutir porque, não é necessário” (sim da mesma forma) possuem as mesma letras, os mesmos símbolos, espaços, etc. contudo dentro da compreensão do seu aspecto social talvez sugira um símbolo interrogativo nesta afirmação, e somente após ouvir os interlocutores, decide-se a sua social e real necessidade de discutir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de descrever o cenário das instituições educacionais acadêmicas na contemporaneidade sobre a perspectiva da inclusão e inserção referente à temática de grupos LGBT, nos ambientes acadêmicos tendo em vista a perspectiva dos cursos de comunicação. Busca-se analisar em suas considerações finais.

Dos aspectos analíticos principais propostos para esta pesquisa compreende-se que, de maneira geral existe uma emergência sobre esta temática nos ambientes acadêmicos, logo as análises são:

DISCURSO DO COORDENADOR DA INSTITUIÇÃO

Todas e todos os Coordenadores que tinham o papel de representar o discurso institucional, estão cientes da necessidade de se trazer esta temática para o debate dentro deste ambiente, bem como a sua importância social no que diz respeito à inclusão de identidades LGBT.

Os pontos comuns que se destacam, observados nos discursos dos representantes são:

- 1) **A emergência do debate:** Todos os representantes reconheceram que estas questões são trazidas com cada vez mais frequência para este ambiente.
- 2) **O cuidado ao falar sobre assunto:** Com as questões do politicamente correto, a gestão da linguagem utilizada em sala tem se modificado com o passar dos anos, para que esta não possua o caráter de ofensa, todavia a preocupação deste é sobre o conceito de ofensa.
- 3) **O reconhecimento do local para debater este assunto:** De maneiras diferentes todos os coordenadores disseram que o ambiente acadêmico é o lugar para se debater estes assuntos.
- 4) **Autonomia do professor:** Em todas as instituições o professor possui total autonomia para debater ou não o assunto em sala de aula, junto aos seus alunos.

POSTURA DIALÓGICA

Partindo da perspectiva sobre a entrega ao debate, foram analisadas questões subjetivas em relação ao debate sobre o tema como interesse, comportamento, perguntas, disponibilidade e disposição ao debate.

Primeiramente os aspectos comuns a postura adotada pelos colaboradores foram:

- 1) **Abertura ao diálogo:** Ao concordar com a entrevista entende-se que todos os colaboradores estavam dispostos a dialogar.
- 2) **Comportamento durante o diálogo:** Nas universidades 1,2,3 e 4, todos os colaboradores de alguma forma procuraram mostrar o trabalho que estes realizavam para estimular o debate em sala, seja promovendo eventos, programas de rádio, capaz de revista com representações LGBT na capa, narrando histórias que enfatizavam suas percepções, enquanto coordenadores e professores. Na instituição 5 este cenário não foi observado, todas as perguntas foram respondidas com objetividades como era esperado no início de cada entrevista.
- 3) **Curiosidade sobre a temática:** De maneiras diferentes todos os Coordenadores com, exceção do Coordenador da instituição 5, mostraram interesse na pesquisa, fazendo perguntas sobre as percepções que tive em campo, ou mesmo a área do conhecimento que trazia a perspectiva da pesquisa.

ASPECTOS DIFERENCIAIS

Visto tal percepção os aspectos peculiares encontrado nestes ambientes estão mais associados às posturas observadas durante as entrevistas; nas instituições 1,2,3 e 4, os colaboradores buscaram narrar suas próprias percepções e opiniões sobre a temática, compartilhando experiências abertamente, como:

Na instituição 1 o coordenador não demorou a assumir seu lugar de fala como Homem Homossexual e seu relacionamento com seu marido, desta perspectiva o colaborador coloca sua narrativa compreendida dentro de sua experiência identitária.

O coordenador da instituição 2, cedeu parte de sua entrevista para uma aluna colaboradora homossexual, que trouxe a perspectiva da inclusão institucional deste ambiente para a pesquisa, mesmo sem esta questão ter sido solicitada em qualquer momento do primeiro contato. Propiciar que a própria identidade fale por si mesma e construa sua narrativa, nos trás noção do diálogo que é construída no texto.

Na instituição 3, a colaboradora preocupava-se em mostrar cada material, impresso, plano de aula ou mesmo projeto pedagógico desenvolvido, a cada pergunta esta pesquisava algo no computador ou mostrava um artigo desenvolvido para revista da instituição.

A coordenadora da instituição 4, preocupou-se em mostrar momentos em que tratou desta temática em suas aulas, que mesmo não sendo o objetivo da disciplina trouxe o questionamento e a representação dentro da metodologia praticada em sala, e também falou abertamente sobre problemas ocorridos dentro da instituição, sem em momento algum aparentar desconforto.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA INSERÇÃO E INCLUSÃO DE GRUPOS LGBT

Neste aspecto procurou-se uma política institucional sobre as questões de inclusão e inserção das temáticas LGBT no ambiente acadêmico. Este tinha como objetivo compreender se havia uma postura inclusiva formalizada pela instituição.

- 1) **Não possui:** Nenhuma das instituições possui regimento interno para nortear a abordagem de tais questões dentro da instituição, a inclusão em si apresenta uma caráter intuitivo e, em até certo ponto, autônomo

ASPECTOS DIFERENCIAIS

Cada Coordenador possuía uma forma de incluir, ou não, as temáticas LGBT em suas disciplinas, porém nota-se que esta postura é opcional dentro da instituição. Contudo na instituição 4, a Coordenadora disse não haver de fato um regime interno para tais questões, porém esta falou com propriedade sobre as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que prevê posturas inclusivas referentes a gêneros e

sexualidades nas praticas docentes. Conhecimento este que nenhum outro Coordenador demonstrou durante as entrevistas.

COMO ESTAS QUESTÕES SÃO TRATADAS NOS AMBIENTES ACADÊMICOS.

A percepção da necessidade de inclusão das temáticas referentes a grupos LGBT é visto de maneira unanime por todas as universidades visitadas, as portas que foram abertas mostraram-se dispostas a compreender tais questões.

De maneira geral as instituições compreendem a necessidade de abordar tais temáticas, contudo esta é realizada de maneira intuitiva, pelo viés de tentativa e erro.

Outro aspecto observado é o quanto é comum associar determinadas temáticas a outras áreas do conhecimento, como sociologia, psicologia, artes, comunicação, entre outras. Parece-me de alguma forma uma maneira de reproduzir um discurso social que diz “este grupo pertence a esta área”, contudo, não deixa de ser observado a reflexão do coordenado da instituição 1 que nestas áreas supracitadas tende-se a problematizar mais estas questões.

Se a inclusão é maior nestas áreas porque estas questões são mais problematizadas por assim dizer, talvez esta perspectiva corrobore com a noção da importância do diálogo para a mudança necessária para que existam aspectos classificatórios inclusivos nos ambientes acadêmicos, se problematizar e teorizar, permite que seja levado a tal contemplação do humano porque então não se utiliza tal comunicação “problematizadora” em outras áreas científicas.

Talvez a nível institucional falte o reconhecimento dos alicerces discursivos que moldam a cultura e a compreensão de que as pessoas com identidades LGBT podem seguir outros caminhos profissionais que não a comunicação propriamente dita.

REFLETINDO SOBRE O NÃO

No inicio da pesquisa considerava-se encontrar portas fechados a este diálogo, contudo esperava-se que estas respostas negativas assumiriam formas mais evidentes de manifestação.

O silêncio e a fuga frente a este debate resultou em desistência da entrevista. O primeiro contato com as Instituições limitava-se a e-mails e telefonemas que não foram atendidos por três universidades que foram selecionadas para a pesquisa seguindo a metodologia estabelecida.

O primeiro contato acontecia por e-mail e após algumas tentativas este era por telefone, que neste caso o Coordenador não estava disponível.

As duas universidades que responderam a solicitação de entrevista (6 e 7), e não deram continuidade ao processo; um coordenador não concordou com a entrevista pessoalmente somente por telefone; o outro solicitou o acompanhamento de outros profissionais para a concessão da entrevista, e mesmo após concordar com seus termos, este não deu mais respostas e nem atendeu as ligações feitas até o momento.

Não é possível chegar a uma conclusão sobre a motivação pela qual estas entrevistas não foram consolidadas, em especial a última que trás a reflexão de um potencial temor a este debate. Não se pode inferir qual o elemento motivador desta fuga, porém reflete-se em um comportamento que aparentemente temia as perguntas que seriam feitas.

Talvez o diálogo não devesse causar angustia aos interlocutores, talvez, encontrar-se no outro seja uma das experiências mais libertadoras e, talvez corajosas, que se pode vivenciar.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

- ANDRADE, A; CAPPELLE, M; BRITO, M; *et al.* **Gênero nas organizações:** Um estudo no setor bancário. Revista ERA. 2002.
- ALVES, Mario A. **Crítica da gestão da diversidade nas organizações.** RAE. 2004
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Zahar Editor LTDA. 2001
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão Biográfica.** Campinas. Papirus. 2005
- BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico.** São Paulo. Perspectiva. 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da Identidade. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 2015.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo:** Critica a Violência ética. Belo Horizonte. Ed. Autêntica. 2015.
- BUTLER, Judith. **Regulações de Gênero.** 2004
- CARVALHO. Carlos Alberto de. **Jornalismo, homofobia e Relações de gênero.** Curitiba. Ed. Appris LTDA. 2012.
- DERRIDA, Jacques. **A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas.** In: A Escritura e a Diferença. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 229-249.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** São Paulo, Paz e Terra.2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários a Pratica educativa. São Paulo, Paz e Terra.2016.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal,1999.
- FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade.** São Pulo. Ed. WMF Martins Fontes Ltda. 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade** Vol I. Rio de Janeiro, Graal, 1988
- FOUCAULT, Michel; REZENDE, Haroldo (org.). **Transversais entre educação filosofia e história.** Ed. Autêntica. 2011

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis,RJ. Ed. Vozes. 2014

GOFFMAN. E. **Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

HALL, Stuart. **A centralidade da Cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Pub. Educação e Realidade. UFRGS. www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc. Acesso em: 10/02/2017. 05:41.

HALL, Stuart, **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Edt. UFMG. 2003

HALL, Stuart, **Identidade Cultural na pós-modernidade**. 2006

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. **Jornalismo e homofobia no Brasil**. São Paulo – SP, Ed. Intermeios, 2012.

MARTINO, L. M. S. **Teoria da comunicação: Ideias conceitos e métodos**. Petrópolis RJ. Vozes, 2014.

MARTINO, L. M. S. **Comunicação e identidade: Quem você pensa que é?**. São Paulo. Paulus, 2010.

MORIN, Edgard. **Os sete saberes necessários á educação do futuro**. São Paulo. Cortez, UNESCO. 2000.

SILVA, T.T; HALL, Stuart; WOODAWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ. Ed Vozes 2014.

WEBER, M. H. **Tensões e Objetos da Pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre. Sulina, 2001.

SARAIVA, L.A.S e IRIGARAY, H.A.R. **Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso?**. Rev. adm. empres 2009, vol.49, n.3, pp.337-348.

SPIVAK, G. Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte, Edit. UFMG. 2010